



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — N.º 151

CAPITAL FEDERAL

DOMINGO, 10 DE SETEMBRO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, atendendo a solicitações formuladas na sessão conjunta de 23 do corrente, com aquiescência do Plenário, resolve alterar o programa estabelecido para a apreciação dos vetos presidenciais pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional, na forma abaixo:

a) cancelar a convocação feita para 25 do mês em curso;

b) convocar sessão conjunta a realizar-se no dia 25 de setembro próximo às 21 horas e 30 minutos no Plenário da Câmara dos Deputados com a ordem do Dia que fora estabelecida para o dia 30 do corrente a saber:

1 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1 566 de 1960, na Câmara e nº 33 de 1960 no Senado que equipara a extrajurisdicção dos funcionários da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;

2 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2 073, de 1960, na Câmara e nº 99 de 1961 no Senado que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Companhia Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958 e da outras providências;

3 — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1 688, de 1960, na Câmara e nº 95 de 1961 no Senado que estende os benefícios da Lei número 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal laborando no Departamento Nacional de Endemias Rurais.

c) destinar a sessão de 30 do corrente ao prosseguimento do estudo da matéria designada para as de 23, 24, 28 e 29, a saber:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386 de 1959, na Câmara e nº 48 de 1961 no Senado que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores

Senado Federal, 24 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

Convocação de sessão conjunta para o compromisso constitucional do Presidente da República

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 19, nº III, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para a sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 7 de setembro de 1961, às 15 horas no Plenário da Câmara dos Deputados, receberem o compromisso do Excelentíssimo Senhor Doutor João Belchior Marques Goulart como Presidente da República, de acordo com o art. 83 parágrafo único, da Constituição Federal, ato a que se seguirão os demais previstos no art. 21 da Emenda Constitucional nº 4.

Senado Federal, 6 de setembro de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente: Senador Moura Andrade

1º Secretário: Senador Cunha Mello.

2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.

3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.

4º Secretário: Senador Novaes Filho.

1º Suplente: Senador Mathias Olympio.

2º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES

Da Maioria

Líder: Filinto Müller.
Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

SENADO FEDERAL

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.
Vice-Líderes: Gaspar Leão e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barreto de Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan — Paulo Cabral e Arnaldo Rodrigues.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Menegonda Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Mello.
Gilberto Marinho.
Argemiro Figueiredo.
Novaes Filho.
Mathias Olympio.
Guido Mondim.
Reginaldo Fernandes (UDN).
Secretário: Evandro Mendes Viara.
Diretor-Geral substituto.

Comissão de Constituição e Justiça

TITULARES

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Iglesias (UDN).
Milton Campes (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Pericles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Furtos (PTB).

Nogueira da Gama (PTB).
Barreto de Carvalho (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).
1. Ary Vianha (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
3. Francisco Ganotti (PSD).
1. Lima Teixeira (P.T.).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).
1. Mem de

Secretário: José Soares de Oliveira Filho. Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia

TITULARES

Gaspar Vianna (Presidente) (PSD).
Paulo Cabral (Vice-Presidente) (PTB).
Fernandes Fátima (UDN).
Sergio Marinho (UDN).
Dei Carr (UDN).
João Arruda (UDN).

Alc. Guimarães (PSD).
Lamar da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Ulrico Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Euzébio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).
3. Sebastião Archer (PSD).
4. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

Comissão de Educação e Cultura

TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Armando Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Looac da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).
2. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloysio de Carvalho (PL).

Secretaria: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Finanças

TITULARES

Freitas Cavalcanti — Presidente — UDN.
Ary Vianna — Vice-Presidente — PSD.
Ulrico Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Fávora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Odonai Veloso — PSD.
Nogueira da Gama — PTB.
Looac da Silveira — PSD.
Barros Carvalho — PTB.
Vitorino Freire — PSD.
Euzébio Barros — PSD.
Mem de Sá — PL.
Paulo Cabral — PTB.
Milton Miller — PSD.
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Ruy Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Del Caro — UDN.
1. Silvestre Pericles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

Comissão de Legislação Social

TITULARES

Ruy Carneiro — Vice-Presidente — (PSD).
Lima Teixeira — Presidente (PTB).
Lino de Mattos (UDN).

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50.00
Ano Cr\$ 96.00

Exterior

Ano Cr\$ 136.00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 89.00
Ano Cr\$ 76.00

Exterior

Ano Cr\$ 108.00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0.10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0.50.

Venâncio Igrietas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heriberto Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Looac da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Pontes (PTB).
3. Armando Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti — Presidente — PSD.

Sérgio Marinho, Vice-Presidente — UDN.

Venâncio Igrietas (UDN).

Ary Vianna (PSD).

Lourival Pontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).
2. Daniel Krieger (UDN).

1. Menezes Pimentel (PSD).

2. Ruy Carneiro (PSD).

1. Paulo Fender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Maciel — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Vivaldo Lima — Presidente (PTB).
Rui Palmeira, Vice-Presidente — UDN.

Daniel Krieger — (UDN).
Mourão Vieira — (UDN).
Benedicto Vanadares — (PSD).
Paulo Fernandes — (PSD).
Lourival Pontes — (PTB).
Aloysio de Carvalho — (PL).
Gaspar Veloso — (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).
2. Venâncio Igrietas — (UDN).
3. Freitas Cavalcanti — (UDN).

1. Menezes Pimentel — (PSD).
- 1. Mem de Sá — (PL).
- 2. Jefferson de Aguiar — (PSD).
- 3. Ary Vianna — (PSD).
- 4. Paulo Cabral — (PTB).
- 2. Barros Carvalho — (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes — Presidente — UDN.

Alc. Guimarães — Vice-Presidente — PSD.

Fernandes Fávora (UDN).
Pedro Ludovico (PSD).
Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Looac da Silveira (UDN).
1. Euzébio Barros (PSD).
2. Jarbas Maranhão (PSD).
1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira às 16 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.

Joaquim Parente (UDN).
Sebastião Archer (PSD).
Paulo Fender (PTB).
Miguel Couto (PTB).
Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedicto Vanadares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Paulo Cabral — (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretaria: Talina Cruz Alves. Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard — Presidente (PSP).
Lino de Mattos — Vice-Presidente (UDN).

Coimbra Bueno (UDN).

Vitorino Freire (PSD).

Paulo Cabral (PTB).

Suplentes:

UDN

1 — Sérgio Marinho

2 — João Arruda.

PSD

1 — Jefferson Aguiar

2 — Eugenio Barros

1 — Nelson Maculan

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos. Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão, Vice-Presidente — (PSD).

Sérgio Marinho (UDN).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Francisco Gallotti (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Armando Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Fávora (UDN).
2. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Jorge Maynard (PSP).
2. Nelson Maculan (PTB).

Secretaria: Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial Incumbida de Emitir Parecer Sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 36, de 1953, que Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações

Cunha Mello — (PTB) — Presidente.
Menezes Pimentel — (PSD) — Vice-Presidente.

Sergio Marinho — (UDN) — Relator
 Jarbas Maranhão
 Jorge Maynard
 Assessor Legislativo: Dr. Luciano Mesquita
 Secretário: João Pires de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caca e Pesca

Titulares:
 PTB
 Nelson Maculan — Presidente (PTB)
 Egenio Barros — Vice-Presidente (PSD)
 Ovidio Teixeira (UDN)
 Mourao Vieira (UDN)
 Alc. Guimarães (PSD)
 Paulo Fernandes (PSD)
 Nogueira da Gama (PTB)
 Suplentes:
 UDN
 1 — Lopes da Costa
 2 — Joaquim Parente
 PSD
 1 — Pedro Ludovico
 2 — Lucas da Silveira
 3 — Francisco Gaudin
 PTB
 1 — Saulo Ramos
 Secretária Maria de Lurdes Oliveira
 2 — Lima Teixeira
 Col. Oficial Legislativo.

ATA DA 155ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 9 DE SETEMBRO DE 1961 (Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CUNHA MELLO, GILBERTO MARINHO, ARGEMIRO DE FIGUEIREDO E NOVAES FILHO

As 11 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourao Vieira.
 Cunha Mello.
 Vivado Lima.
 Paulo Figueiredo.
 Lobo da Silveira.
 Victorino Freire.
 Remy Archer.
 Leonidas Mello.
 Mathias Olimpio.
 Joaquim Parente.
 Fausto Costa.
 Fernandes Faveria.
 Menezes Figueiredo.
 Dix-Haut Rochas.
 Argemiro de Figueiredo.
 Salviano Leite.
 Novaes Filho.
 Jarbas Maranhão.
 Barros Carvalho.
 Lourival Pontes.
 Jorge Maynard.
 Heribaldo Vieira.
 Ovidio Teixeira.
 Lima Teixeira.
 Alosio de Carvalho.
 Del Caro.
 Arlindo Rodrigues.
 Caiado de Castro.
 Gilberto Marinho.
 Affonso Arinos.
 Benedito Valadares.
 Nogueira da Gama.

Moura Andrade.
 Lino de Mattos.
 Pedro Ludovico.
 Coimbra Bueno.
 Gaspar Velloso.
 Daniel Krieger.
 Mem de Sá.
 Guido Mondin. — (40)

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, nesta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

1) — Apelos no sentido da rápida aprovação das seguintes proposições:

Emenda Constitucional n. 1-59 que estabelece nova discriminação de rendas em favor dos municípios:

Do Prefeito Municipal de Guarantã, SP.;

Da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

PL-1.008-59, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para planejamento construção e aparelhamento da "Casa dos Municípios", em Brasília e dá outras providências:

Da Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, MG.

2) — Comunicação de eleição e posse.

Da Diretoria da Associação dos Aposentados de Campos, RJ.;

Da Mesa da Câmara Municipal de Estrela d'Oeste S.P.;

Da Mesa da Câmara Municipal de Indiana, SP.

3) Diversos assuntos:

Manifestações contrárias à legalização do partido comunista no Brasil:

Da Irmã Agostinha Camargo Paul, de Itauçu, GO.;

Da Irmã Maria Luiza, de Araxá MG.;

Da Câmara Municipal de Entre Rios, MG.;

Da Sra. Maria Rosa e outras, de Araraquara, MG.;

Do Dr. Antônio Paulo Tanotti, e outros de Araraquara, SP.;

Do Asilo de Mendicidade de Araraquara, SP.;

Do Círculo Católico Estrada da Manhã, de Araraquara, SP.;

Do Sr. José Andriota, e outros, de Araraquara, SP.;

Da Superiora da Santa Casa de Misericórdia de Barretos, SP.;

Do Hospital Padre Albino, de Catanduva, SP.;

Do Diretor do Hospital Leão Treze, de Ipiranga, SP.;

Da Fábrica de Plásticos de Ipiranga, SP.;

Do Educandário Cardeal Motta, de Ipiranga, SP.;

Da Superiora da Santa Casa de Misericórdia de Olímpia, SP.;

Do Colégio Assunção, de Piracicaba, SP.;

Do Seminário Diocesano, de Piracicaba, SP.;

Das Irmãs Franciscanas de S. Carlos, SP.;

Da Associação Catequista de Recife, SC.;

Da Câmara Municipal de Camaquã, RS.;

Da Câmara Municipal de Pelotas, RS.;

De Arlindo Kuzler, e outros, de Porto Alegre, RS.;

Da Diretoria da Associação de Pais e Mestres do Ginásio Santa Inês, de Porto Alegre, RS.;

Da Câmara Municipal de Arróio do Melo, RS.;

Solicitações ao Congresso, de apoio e solidariedade dos comerciantes e industriais da Cidade Livre:

Do Sr. Júlio Pereira;

Do Sr. José Avelino Filho;

Do Sr. Domingos Henrique;

Do Sr. Salvador Lemos;

Do Sr. Jívio Feresin;

Do Sr. Francisco Confessare;

Do Sr. Francisco Confessor;

Do Sr. Ezequiel de Moura;

Do Sr. Manoel Natividade;

Do Sr. Osvaldo Mendes Soares;

Do Sr. Geraldo Netto Campos;

Do Sr. João Alves;

Do Sr. Antônio Nunes;

Do Sr. Lauro de Castro;

Do Sr. Manoel Gonçalves da Silva;

Do Sr. Amadeu Gomes;

Do Sr. Manoel Machado;

Do Sr. José Rodrigues de Oliveira;

Do Sr. José Honorato Deusdará;

Do Sr. José da Silva;

Do Sr. José Barbosa Neto;

Do Sr. Afonso R. Silva;

Do Sr. Ovidio Feressin;

Do Sr. Salvador Lemos;

Do Sr. Benedito Cezário;

Do Sr. José Guimarães Alves;

Do Sr. Petrólio Oliveira Pereira;

Do Sr. Joaquim dos Santos Coimbra;

Do Sr. José Borges Camargo;

Do Sr. Francisco Chaves;

Do Sr. Francisco F. Vale;

Do Sr. Raimundo Barbosa dos Santos;

Do Sr. Antônio Alves Ferreira;

Do Sr. Sosthenes.

Solicitações no sentido de não ser extinto o imposto sindical:

Da Câmara Municipal de Cachoeira, RS.;

Da Câmara Municipal de Tapera, RS.;

Da Câmara Municipal de Carazinho, RS.;

Da Câmara Municipal de Marau, RS.;

Manifestações contrárias à instituição da pena de morte no Brasil:

Da Câmara Municipal de Recife, PR.;

Da Câmara Municipal de Gasca, RS.;

Da Câmara Municipal de Canoas, RS.;

Da Câmara Municipal de Santa Maria, RS.;

Da Câmara Municipal de Tanera, RS.;

Congratulações pela eleição para o Senado Federal do Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira:

Da Câmara Municipal de Campina Grande, PB.;

Da Câmara Municipal de Juiz de Fora, MG.;

Da Câmara Municipal de S. José dos Campos, SP.;

Mensagem nº 199 (nº de origem 45), de 4 do mês em curso, do Senhor Presidente da República, transmitindo as informações prestadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público em atenção ao Requerimento nº 241-61, do Senhor Senador Caiado de Castro, como segue:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de transmitir a Vossa Excelência, em anexo, as informações prestadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, a propósito do requerimento do

Senhor Senador Caiado de Castro, objeto da Mensagem nº 70-61, dessa Casa.

Brasília, em 4 de setembro de 1961.
 — Ranieri Mazzilli.

Brasília, em 4 de setembro de 1961
 Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, as informações prestadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, a propósito de requerimento do Senhor Senador Caiado de Castro, objeto da Mensagem nº 70-61, dessa Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração. — Flariano Augusto Ramos — Chefe do Gabinete Civil.

Brasília — D. F. — Em 24 de agosto de 1961

Nº 1.108:

Senhor Chefe do Gabinete Civil:

Cumpre-me, relativamente à Mensagem nº 70-61, referente ao requerimento formulado pelo Senhor Senador Caiado de Castro, informar a Vossa Excelência que, tão logo o Departamento dos Correios e Telégrafos encaminhou à Divisão de Classificação de Cargos o enquadramento, resultante da rejeição dos vetos apostos à Lei nº 3.780, de 1960, dos Carteiros no nível 14, foi a matéria encaminhada à Comissão de Classificação de Cargos, a qual, por sua vez, aprovou através da Resolução Especial nº 63, de 18 de julho último publicada em suplemento especial ao Diário Oficial de 10 do corrente.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração. — Moacyr R. Briggs — Diretor-Geral.

Dê-se conhecimento ao Requerente.

Ofício nº 1.450, de 6 do mês em curso, do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o seguinte

Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 1961

(Nº 4.024, na Câmara de origem)

CONCEDE ISENÇÃO DE DIREITOS, IMPOSTO DE CONSUMO E TAXAS ADUANEIRAS PARA MERCADORIAS PROCEDENTES DOS ESTADOS UNIDOS, DOADAS À CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL E IMPORTADAS COM LICENÇA DA CACEX, SEM COBERTURA CAMBIAL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de direitos, de adicionais, das taxas portuárias do imposto de consumo e de quaisquer outros ônus, com exceção da Taxa de Previdência Social, para as mercadorias procedentes dos Estados Unidos e doadas à Confederação Evangélica do Brasil, constantes das licenças de importação, sem cobertura cambial, autorizadas pela Carteira de Comércio do Banco do Brasil S. A., abaixo discriminadas, que já se encontram nos armazéns do porto do Rio de Janeiro ou ainda por embarcar:

DG-57/39.241-38.225 — 36 filmes impressos, com títulos diversos, de caráter educativo e religioso com metragem entre 800 a 2.000 pés cada, larg. 16mm

DG-57/39.242-38.226 — Uma prensa para discos de vinilite

DG-57/39.243-38.227 — Um conjunto para a coleção de mapas Mitchell; modelo M-344 — tamanho

0,40 x 0,70 x 0,70m, com os seguintes acessórios: Doze Micro-filtros, tambores 0,70 x 0,40 x 0,20m modelo M-344.

DG-57/39.244-38.228 — Um Mimeógrafo, marca "A.B.Dick", modelo 420.

DG-57/39.245-38.220 — Um órgão eletrônico, marca "Allen", modelo C.3 completo.

DG-57/39.246-38.230 — Dez adaptadores magnéticos para máquinas sonoras de 16mm.

DG-57/39.247-38.231 — Material de cinema, conforme relação anexa 25.000 pes filme virgem de 16 a 35mm, sendo: dez mil pes de filmes Ansco-Color Duplicating, tipo 538 de 35mm; trezentos pes de filme colorido Anscochrome, de 35mm tipo 531, luz do dia; duzentos pes de filme colorido Anscochrome, de 35mm, tipo 532, Tungsten; dez mil pes de filme positivo para cópia em branco e preto de 35mm, Kodak perf; dois mil pes de filme negativo de 16mm, em branco e preto, Kodak; dois mil pes de filme positivo de 16mm, para cópia, Kodak; quinhentos pes de filme colorido Ektachrome, 35mm, tipo luz do dia; — Drogas Fotográficas e Reveladores: 5 vidros de Ansco Alcolamine, tipo S-5, em pó, com 0,500 kg cada; 50 latas de Branquador — para filme colorido, Ansco, cat. 5.300 189, com 2.000 kg cada; 50 latas de 1º Revelador para filmes coloridos, Ansco, cat. 5.300 182, com 2.000 kg cada; 5 vidros de hidroquinone, Kodak, com 0,500 kg. cada; 5 vidros de Metol, Kodak, com 0,500 kg cada; 50 Estojos para revelação de filmes coloridos Ektachrome, para 473cc, "Pint" E-2; Máquinas de revelação de filme 16 mm — uma máquina automática, modelo Bridgematic dr. K 16 mm, marca Bridgematic; Equipamentos para iluminação — 2 Refletores para 500/750 Watts sem pedestal rolante, MR 407 Baby Solarspots, marca Melo-Richardson Co.; 2 Refletores para 2.000 Watts sobre pedestal rolante, MR 412 Jr. Solarspots; 1 Refletor para 5 000 Watts em pedestal rolante, MR 415 Sr. Solarspot; 3 Refletores pequenos com pedestal rolante, MR 16 Cinelite; 400 Lâmpadas para projeção GE, sendo: 6.T8, 100W, 110 Volts; 6.T8, 100, 220 Volts; 250. T8, 150W, 1 110 Volts; 50. T8, 150 W, 220 Volts; 24. T 10, 300 W, 110 volts; 12. T 10, 300 W, 220 volts; 12. T 10, 100 W, 6 volts; 6 T 10, 500 W, 110 volts; 10 T 12, 750 W, 110 volts; 6. T 12, 1.000 W, 110 volts; 6. T 8, 300 W, 220 volts; 6. T 8, 300 W, 110 volts; 6. T 8 150 W, 220 volts Gravuras — 100 jogos de 36 gravuras cada coloridas, 12x17" prod. para Concílio M. de Igrejas; — Máquinas para cinematografia — 1 máquina de filmar, Arriflex, mod. Profissional de 16mm, completa; 1 visor, Bell & Howell, completo, 16mm, 149A-146-A; 1 Editor som compl. com Ampl. e controle de volume, marca S.O.S.; 1 Sincronizador para filmes de 16mm, mod. 182, tipo Neumade 16mm Synchromaster.

DG-57/39.248-38.232 — Peças para reparo e conserto de Gravadores de Fitas e Gravadores de Acetato, conforme relação anexa. — Para gravadores AMPLEX; 5 Válvulas 12, 8J 7, 2 Válvulas, ref. 6-05, 1 Válvula, ref. 6-F6, 1 Válvula, ref. SNT, 1 Válvula, ref. 5X3G, 1 fita para acerto, ajuste de cabeça magnética do gravador, catálogo nº 4.494, 6 conjuntos de freios para gravadores Ampex catálogo nº 328, 1 desmagnetizador de cabeça magnética de gravadores Ampex, catálogo nº 704, 6 molas de tensão para freios de gravadores. 4 conjuntos de cabeças magnéticas de gravação para gravação em fita inteira para gravadores Ampex, catálogo 475-18, 1 conjunto de cabeças magnéticas de gravação de 1/2 fita para gravadores Ampex, catálogo nº 475-17, 6 condensadores eletrolítico S 0502, ca-

tálogo nº 00-105.80 MFD; 6 Retificadores de Selenium, Cat. SR-18, 4 botões para aparar o gravador 8.502, SPST, SW-62, 4 interruptores para mudar o tamanho do carretel, 8504, SW-9, SPST, 4 botões para tocar, 8505, SPST, SW-61, 4 Reles, K401, 3P2T 115 V, D.C.B-5760, 6 Retificadores de selenium, onda completa, SR601, SR-3 24 fusíveis pequenos, F401, 1 Amp. FU-7, 24 fusíveis pequenos, F402, 3 amp. FU-3 — para gravadores de acetato — PRESTO 6-N — 2 borrachas para toca-discos, 6N-1.33 1/3, 2 borrachas para toca-discos 6N-2.78 r.p.m., 24 agulhas de safira para gravadores, de discos virgem, 604-A, 12 agulhas de safira para gravadores de discos virgens, 604-A, micro-ovo, 2 lâminas para ajuste de agulha de gravador de discos virgens 6V56 — peças para tocadores de discos-Presto — 4 pulias externas para tocadores, 4234 e 5736 — para gravadores de fita Crescent — 2 válvulas, ref. 5879, válvulas (2), ref. 12AX7, 2 válvulas, ref. 6V60T, 2 válvulas, ref. 6X5GT, 4 polias para gravador Crescent, — para gravadores de fita Machecorder — 4 retificadores de selenium, 42x2, 18v, 2 Amp., 4 condensadores de eletrolíticos 500 mfd x 25 volts. — Acessórios para gravadores de fita — 100 Plastic Real in Box 96R237 3" 50 Plastic Real in Box 96R236-5" 5 Type 48 3/48 Write-On-Tape, 3/4 x 100 — 92 Z804, 100 selos plásticos para prender fitas magnéticas nos carretéis, condicionados em envelopes de 30 2' x 2'5 ref 3P8.

DG-57/39.249-38.233 — 300 fitas magnéticas para gravação, em carretéis de 7", 200 fitas magnéticas para gravação, em carretéis de 10", 100 fitas magnéticas para gravação em carretéis de 5", 500 fitas magnéticas para gravação.

DG-57/39.250-38.234 — 1 gravador de fitas, marca "Ampex" com velocidade 7 1/2 e 15" por segundo e tamanho 120 x 0,73 x 0,63 m. mod 350-C. completo, 1 gravador de fitas, marca "Ampex" com velocidade 7 1/2 e 15" por segundo e tamanho 120 x 0,73 x 0,63 m. mod 350-P. completo.

DG-57/39.251-38.235 — 50 máquinas toque-fitas marca "Ekotape", fabricadas pela "The Webster Electric Co.", 25, idem, idem, idem.

Art. 2º As mercadorias de que trata o artigo anterior destinam-se a fins educativo-religiosos, segundo o programa do Centro Audio-Visual Evangélico, filiado à Confederação Evangélica do Brasil.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão, orador inscrito.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho recebido memoriais e apêlos de servidores da Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial que solicitam o nosso interesse nesta Casa do Congresso para uma solução de referência a uma definição precisa das suas relações jurídicas com o Estado Brasileiro.

Quero dar conhecimento à Casa do conteúdo desses apêlos e memoriais.

Como não ignoram os nobres Srs. Senadores, a Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial surgiu em virtude de um acordo entre os Governos brasileiro e americano sendo, posteriormente, a sua existência legal por força do Decreto-Lei nº 9.624 de 3 de setembro de 1956, periodicamente prorrogada conforme documentos publicados no Diário Oficial.

Tornou-se, desde então, o referido órgão parte integrante do Minis-

rio da Educação. Toda a legislação que ampara o seu funcionalismo assim o parece definir, Sr. Presidente, sendo de destacar as cláusulas 4, 5 e 11 do referido acordo.

A cláusula IV assim dispõe:

"A Comissão Especial denominada Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial, parte integrante do Ministério e a ele subordinada, continuará a atuar como órgão executivo na realização do programa de cooperação educacional".

A cláusula V, letra c, estatui:

"Os salários dos funcionários da C.B.A.E.I., serão pagos pelos fundos da Comissão. Sendo a C.B.A.E.I. parte do Ministério serão conferidos a ela e a seu pessoal todos os direitos e privilégios de que gozam as outras repartições do mesmo Ministério e seus servidores".

Cláusula XIV:

"Todos os direitos e privilégios, de que gozam as repartições oficiais e o respectivo pessoal, serão outorgados à CBAEI e a todo o seu pessoal".

Além disto, convém também acentuar que o funcionalismo da C.B.A.E.I. é todo ele contribuinte obrigatório do IPASE, sem gozar, todavia, das vantagens totais a que legitimamente teria direito.

Por tudo isto e, ainda, porque os funcionários da C.B.A.E.I. não tiveram até hoje sua condição jurídica definida, apesar do que dispõe o art. 2º da Lei nº 1.711, é conveniente aventuar que a verba desta Comissão é exatamente a mesma, do ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, razão por que estes servidores vêm, por nosso intermédio, apelar para que o Congresso lhes dê um roteiro seguro, a fim de que possam pleitear, afinal, os benefícios do Plano de Classificação, Lei nº 3.780, de 13 de dezembro de 1960. Tudo isso em respeito aos mais elementares princípios de justiça.

A Comissão Brasileira-Americana de Educação Industrial foi criada por acordo entre o Ministério da Educação e Saúde, do Governo brasileiro, e a Fundação Interamericana Educacional, corporação subordinada ao Governo Americano, com o objetivo de desenvolver e ampliar o setor de educação industrial vocacional do Brasil, realizando amplo programa de intercâmbio e treinamento neste importante setor educacional moderno.

O Acordo, assinado em 3 de janeiro de 1946, pelo Ministro da Educação, Dr. Raul Leitão da Cunha e pelo representante da Fundação Inter-Americana Educacional, foi publicado no Diário Oficial de 15 de maio de 1946 e finalmente aprovado pelo Decreto-lei nº 9.724, de 3 de setembro de 1946.

A Comissão assim criada por acordo governamental e por lei, exerce um objetivo do Estado, um dos seus fins, qual seja o desenvolvimento de um setor educacional — o da educação industrial — facilitando o intercâmbio entre professores brasileiros e americanos, com o sentido de aperfeiçoar esse campo educacional até então pouco desenvolvido entre nós.

Por isso não deixou o acordo criador da CBAEI de acentuar que o novo órgão viria exercer um objetivo governamental. Na sua cláusula IV assim dispõe inequivocamente:

"Será criada, como parte integrante do Ministério, uma Comissão especial, denominada Comissão Brasileira Americana de Educação Industrial, do avante mencionada sob a sigla CBAEI que atuará como órgão executivo na realização do programa de cooperação educacional".

"O Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação

será o Superintendente da CBAEI e representará o Ministro da Educação e Saúde para todos os efeitos deste Acordo".

Aquele tempo era Ministério da Educação e Saúde.

Assim a CBAEI nada mais é que o órgão executivo do Ministério da Educação e Cultura na realização desse programa educacional industrial e parte integrante dele. O seu Superintendente é um funcionário do Ministério, ocupante de um dos mais altos cargos, o de Diretor do Ensino Industrial, atuando como representante do próprio Ministro de Estado.

Com relação a seu pessoal, assim se estatuiu na cláusula VII:

"Sendo a CBAEI parte do Ministério da Educação serão conferidos a ela e a seu pessoal todos os direitos e privilégios de que gozam as outras repartições do mesmo Ministério e seus servidores".

Destarte, aos funcionários da CBAEI foram assegurados

— Todos os direitos e privilégios de que gozam os servidores do Ministério da Educação.

Foi sob esse regime jurídico, e sob tal garantia expressa, que foram nomeados os servidores sobre cujas reivindicações me pronunciou no momento.

O primitivo acordo foi sempre prorrogado depois de trocas de notas entre os dois Governos, tendo a lei providenciado as necessárias verbas governamentais para atender às despesas de custeio da Comissão. Assim, a Lei nº 774 de 30 de julho de 1949, em seu art. 3º, autorizou a abertura de um crédito especial pelo Ministério da Educação e Saúde, para atender às despesas com o prosseguimento do programa de ensino industrial, a cargo da CBAEI (D. O. de 5 de agosto de 1949, pág. 11.281). (O Decreto nº 27.122, de 1 de setembro de 1949, em cumprimento a essa lei, abriu o crédito necessário (D. O. de 3 de setembro de 1949, página 12.811).

Em 14 de outubro de 1950, celebrou o Governo Brasileiro, pelo Ministro de Estado de Educação e Saúde, novo acordo de prorrogação da realização do programa de cooperação educacional, por intermédio da CBAEI, acordo que vige até hoje, ficando assim redigida a cláusula IV:

"Cláusula IV: A Comissão especial denominada "Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial" (doravante denominada "CBAEI") parte integrante do Ministério e a ele subordinada, continuará a atuar como órgão executivo, na realização do programa de cooperação educacional.

O Superintendente da CBAEI (doravante chamado "Superintendente") continuará a ser o Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde e representará o Ministro para todos os efeitos deste acordo".

Na Cláusula XIV repetiu-se a garantia anterior dada aos servidores da CBAEI.

"Todos os direitos e privilégios de que gozam as repartições oficiais e respectivo pessoal, serão outorgados à CBAEI e a todo seu pessoal".

O novo acordo foi publicado no D. O. de 13-2-51, pág. 1.917 e 1.920 foi registrado pelo Tribunal de Contas em 27-2-51, depois de ter sido aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1, de 30 de janeiro de 1951, (D. O. de 2-2-51).

Por esses textos legais verifica-se que a CBAEI exercendo como exer-

ce, um objetivo que compete ao próprio Estado (Const. Fed. — Artigo 167 e segs) é um órgão integrante do Ministério da Educação, a ele subordinado, e dirigido por um alto funcionário deste — o seu Diretor do Ensino Industrial — como representante do próprio Ministro. *Seus servidores têm os mesmos direitos e privilégios dos demais funcionários do Ministério.*

E assim sempre se entendeu. Quando a lei de 18 de novembro de 1948 concedeu uma majoração de vencimentos aos funcionários públicos da União, a Resolução nº 39, de 26 de novembro de 1948, da CBAEI, tornou expresso que tal majoração se aplicava aos seus funcionários. Igualmente o abono mensal concedido aos servidores públicos federais, pela Lei número 1.765 (D. O. de 18 de dezembro de 1952) foi aplicada aos Servidores da CBAEI pela Resolução número 16, de 19-12-52. Também os favores da Lei nº 2.412, de 1-2-55, foram aplicados aos servidores da CBAEI, pela Resolução nº 16, de 30-3-56.

Melhor acentuando a natureza dos cargos exercidos, são os Servidores da CBAEI, contribuintes obrigatórios do IPASE, obrigação que lhes foi imposta pelo próprio IPASE, depois de estudo, por sua Procuradoria Geral, da natureza do provimento dos servidores da CBAEI, face aos textos legais que regulam a matéria (cláusulas V e XI, do acordo aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1, de 1951, registrado no Tribunal de Contas).

Além dessa obrigação de descontar para a previdência social pelo IPASE, mais obrigação é imposta pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, ou leis têm sido estendidas aos servidores da CBAEI. Assim, são exemplo disso as resoluções sobre férias, funcionamento da própria repartição, licenças, obrigação de apresentar prova de ter votado na última eleição, obrigação de serviço militar, admissão de extranumerários, férias, concessão de pecúlios, pensão especial aos servidores falecidos, etc.

Todos esses direitos, vantagens e garantias assegurados aos servidores públicos em geral pelo Estatuto dos Funcionários e pelas leis que se destinam aos funcionários civis da União têm sido estudados e aplicados pela Comissão Educadora Interamericana Brasileira de Ensino Industrial.

Parece que nenhuma dúvida pode pairar no que concerne aos reclamos dos servidores daquela Comissão de Ensino Industrial, que pleiteiam o Congresso lhes dê decisivamente uma definição jurídica das suas relações com o Estado brasileiro.

O que se pede é a segurança jurídica para servidores, em número muito reduzido, em sua maioria técnicos com mais de 10 anos de serviço na Comissão Brasileira Americana de Ensino Industrial.

Quase todos, portanto, têm a estabilidade que a Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho asseguram nas relações entre patrões e empregados.

Já a Constituição brasileira de 1934 assegurava a todos e qualquer funcionário público, mesmo que não houvesse prescrito concurso ou prova de habilitação, o direito à estabilidade com aquele tempo de serviço.

Sr. Presidente, há alguns meses apresentei a esta Casa um projeto de lei visando estender aos servidores da CBAEI uma vantagem que leis outras asseguraram a servidores de instituições semelhantes. Que, pelo menos, o período de tempo prestado a essa instituição viesse a ser contado para efeito de aposentadoria, caso esses servidores sejam aproveitados no serviço público. Hoje, vindo a esta tribuna, quis aproximar, desde logo, o Senado desse problema e dessas justas reivindicações de servidores brasi-

leiros, num setor da mais alta importância nacional, como é o setor do ensino, sobretudo o setor do ensino industrial, para um País que, como o nosso, trava sua batalha decisiva para o desenvolvimento e o progresso.

Quis aproximar, desde logo, o Senado dessa reivindicação que se nos afigurou muito justa. Por isso, antes mesmo de um estudo mais aprofundado para encontrar uma solução que possamos concretizar, através de Projeto de Lei, aqui vim fazer estas considerações, a fim de familiarizar os nobres Srs. Senadores com o assunto.

É um dever do Estado garantir segurança social àqueles que servem aos interesses da comunidade, através da administração pública.

Os servidores da CBAEI, apesar do Acórdão, apesar do Decreto Legislativo, apesar das resoluções, apesar das Leis que afetam os seus interesses e que traçam normas para as suas obrigações, não tem, na legislação brasileira, uma definição jurídica das suas relações com o Estado. Não tem sequer a defesa, a segurança, a garantia do Estatuto dos Funcionários e muito menos estão protegidos pela legislação trabalhista.

É uma situação esquisita, injusta, inexplicável que o Estado, usando nos quadros das suas repartições a serviço permanente da administração, indivíduos humanos não dê a essas pessoas a segurança do Direito, a segurança social, as garantias constitucionais e legais que tem obrigação de oferecer a todos aqueles que servem à administração pública.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Congresso tem voltado sua atenção para situações semelhantes. O legislador Constituinte, na sua plena soberania, considerando as condições de anormalidade dessa posição do Estado diante de trabalhadores e servidores, mandou efetivar os funcionários públicos federais, estaduais e municipais que contassem pelo menos, cinco anos de serviço. O mesmo legislador Constituinte mandou equiparar a esses servidores efetivados, para efeito de estabilidade, férias, licenças e vários outros direitos, os extranumerários que também contassem ao menos cinco anos de serviço.

A tendência do legislador brasileiro é, no sentido de fixar o período de tempo que pareça suficiente para assegurar ao servidor o direito à estabilidade. Assim foi com a Lei que deu estabilidade aos extranumerários mensialistas, que contassem ou viessem a contar cinco anos de serviço; assim foi a Lei n.º 3.483, que equiparou a esses extranumerários mensialistas várias outras categorias de extranumerários, desde que também viessem a contar cinco anos de serviço.

Projetos outros, Sr. Presidente, aprovados nesta e na outra Casa do Congresso, vieram limitar o campo das repartições, nesse campo do Direito, que talvez seja mais do Direito Social de que do próprio Direito Administrativo, ou onde talvez o Direito Administrativo sofra a influência, que é assinalável, das inspirações do Direito Social, do Direito moderno, do Direito novo, do Direito borbulante de vida e de sensibilidade, que é o Direito do Trabalho.

Projetos aprovados, na Câmara e no Senado, vieram a limitar ainda mais o campo das restrições para que os servidores brasileiros alcançassem esse importante e fundamental direito da democracia moderna que é a segurança social, que é da estabilidade do emprego, que é o direito de trabalho assegurado, no presente e no futuro, para o trabalhador ou para o servidor público.

Cito, como exemplo, o Projeto de Lei assegurando os mesmos direitos do Art. 1.º da Lei nº 2.483, a servidores extranumerários do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem, da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, dos Grupamentos Militares de

Engenharia, da Comissão do Vale do São Francisco, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, e também um Projeto de Lei que veio corrigir uma exclusão injusta de servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, em número bem reduzido, servindo na Comissão do Vale do São Francisco e na Comissão da Valorização Econômica da Amazônia.

São Projetos que eu recorde, neste momento, porque sobre eles exarei pareceres vitoriosos na Comissão de Serviço Público Civil, porque sobre eles falei desta tribuna, defendendo-os e logrando-lhes a aprovação, nesta Casa.

Uma das exclusões da Lei n.º 3.483 é justamente casa da qual dou hoje notícia ao Senado, de servidores que servem em regime de convênios entre o Brasil e outras Nações mas que servem integrados em órgãos da administração pública brasileira, que servem no setor, por exemplo, do Ministério da Educação e Cultura, no campo do ensino industrial, com todas as obrigações de funcionários públicos, com todos os deveres dos Servidores, mas sem uma definição legal de suas relações com o Estado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que fiz, nessas considerações, uma análise da situação da Comissão Brasileira Americana de Ensino Industrial, ou, melhor, de seus servidores, das esperanças destes no Congresso, da suas inquietações, dos seus reclamos, do empenho justo que esperam encontrar ressonância nesta Casa e na Câmara dos Deputados, no sentido de que venham a ser claramente asseguradas por lei as suas relações com o Estado e os seus direitos.

Era o que tinha a dizer (*Muito bem. Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE.

O Sr. Senador Fausto Cabral.

O Sr. Senador Fausto Cabral enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no artigo 201, parágrafo 2.º do Regimento Interno.

Sua Excia. será atendido.

E' o seguinte

Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Faleceu em Fortaleza o Dr. Raimundo Gomes, homem cheio de idealismo e figura que será sempre lembrada como um filho ilustre da Terra de Iracema.

Realmente, dedicou-se a uma nobilitante tarefa, qual a de dotar o nosso Estado, o Ceará, de um estabelecimento de ensino que, com o tempo, viria constituir-se em dos mais bens conceituados do território brasileiro.

Quero referir-me à Escola de Odontologia e Farmácia de Fortaleza que vem preparando, ano após ano, profissionais competentes e dedicados, com isso se servindo as populações do Estado e se elevando o nível cultural de nossa gente.

Essa Faculdade, hoje orgulho do Ceará, é o resultado de uma luta sem tréguas, espinhosa, difícil, que o Dr. Raimundo Gomes, sustentou, durante largo período de sua existência, em rido de seus ideais de homem esclarecido e devotado ao bem comum.

Por tudo isso, Senhor Presidente, quero deixar consignado nestas palavras o meu profundo pesar pela depauperamento do Dr. R. Gomes dirigidas especialmente a sua ilustre Família.

O SR. PRESIDENTE:

Foram distribuídos hoje os avulsos referentes partes do Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1961 (n.º 2.970 de 1961 na Casa de origem) que estima a receita e fixa a despesa da União para o período financeiro de 1962:

Anexo n.º 2.00 — Poder Legislativo.

Subanexo n.º 2.02 — Senado Federal.

Anexo n.º 3 — Órgãos Auxiliares. Subanexo n.º 3.01 — Tribunal de Contas.

Subanexo n.º 3.02 — Conselho Nacional de Economia.

Anexo n.º 4 — Poder Executivo.

Subanexo n.º 4.01.01 — Presidência da República (despesas próprias).

Subanexo n.º 4.01.02 — Presidência da República (encargos gerais);

Subanexo n.º 4.02.01 — Departamento Administrativo do Serviço Público (Despesas Próprias);

4.02.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público (Encargos Gerais);

Subanexo n.º 4.03 — Estado Maior das Forças Armadas.

Subanexo n.º 4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas.

Subanexo n.º 4.07 — Conselho de Segurança Nacional.

Nessas condições, na próxima sessão começará a correr o prazo regimental para apresentação de emendas, perante a Mesa, a sses Subanexos orçamentários. (Pausa).

Sobre a mesa officio do nobre Senador Lourival Fontes.

É lido o seguinte.

OFICIO

Em 9 de setembro de 1961

Senhor Presidente:

Achando-se licenciado o Senhor Senador Rui Carneiro solicito se digne Vossa Excelência de designar-lhe substituto, na Comissão de Redação na forma do disposto no art. 77, do Regimento Interno.

Atenciosas saudações: *Lourival Fontes.*

O SR. PRESIDENTE:

Pede o nobre Senador Lourival Fontes substituto na Comissão de Redação, para o eminente Senador Ruy Carneiro.

Designo o nobre Senador Gaspar Veloso.

Sobre a mesa requerimento de urgência, cuja leitura vai apreciada pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte:

Requerimento nº 358, de 1961

Nos termos do art. 330, b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1961, que concede anistia a militares e civis participantes de movimentos políticos.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1961. — *Cunha Mello. — Fausto Cabral. — Daniel Krieger. — Gaspar Veloso. — Jarbas Maranhão. — Guido Moudin.*

O SR. PRESIDENTE:

Não há Ordem do Dia. Nessas condições, o requerimento será votado imediatamente.

Os Srs. Senadores que aprovou o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Aprovado.

A urgência concedida é a prevista no art. 330, letra b, do Regimento Interno.

Em discussão o Projeto.

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para designar o relator da matéria.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Designo, Sr. Presidente, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho, para emitir o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça teve conhecimento do Projeto de Decreto Legislativo apresentado pelo nosso caro colega, o eminente Senador Cunha Mello, nos seguintes termos:

Art. 1º É concedida anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares, que hajam transgredido quaisquer normas penais ou disciplinares, em decorrência da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, pondo-se perpétuo silêncio sobre todos os processos criminais e disciplinares decorrentes de tais acontecimentos.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça senão, perfeitamente, o nobre propósito da iniciativa do honrado Senador Cunha Mello, qual o de, no momento em que todos trabalhavam pelo congraçamento dos brasileiros, depois dos fatos resultantes da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, termos naturalmente em vista esquecer as atitudes assumidas por civis e militares em qualquer ponto do território nacional, nesses últimos dias da crise que vivemos.

A Comissão de Constituição e Justiça julga, entretanto, conveniente que no texto da Proposição de Anistia, sejam especificados os fatos. É da boa técnica dos decretos concessivos da anistia, indicar os favorecidos, ainda que não declaradamente, porque a medida é de caráter genérico, como também os fatos sobre que recaiam essas providências.

Assim, a Comissão de Constituição e Justiça julga mais acertado, com a devida vênia do ilustre autor da proposição inicial, cujos propósitos mais uma vez ressalto, se declare que:

“... fica concedida anistia ampla e irrestrita aos autores dos fatos ocorridos no território nacional, durante o período de 25 de agosto de 1961 até a presente data, e que constituam crimes definidos nos artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 1.079, de 10 de dezembro de 1950, observado o disposto no art. 13 e 74 da mesma Lei e mais os que constituam crimes definidos nos arts. 3º, 6º, 7º, 11, 13, 14, 17 e 18 da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1952”.

Como se vê por esse texto, são explicitamente indicados os autores de tais fatos que, por esse Decreto Legislativo, são anistiados.

São por sua vez indicadas as infrações penais em que tivessem eles incorrido, de modo que o texto atenda à sistemática, no caso, indicando autores e crimes. Entretanto, essa providência de anistia devia alcançar, no tempo, fatos ocorridos anteriormente a 25 de agosto, como aliás era do pensamento do honrado Senador Cunha Mello.

Fui testemunha de que a idéia inicial de S. Exª, quando apresentou o projeto, foi a de não limitar a anistia aos fatos decorridos de 25 de agosto de 1961, para cá. Depois, através de ponderações feitas a Sua Exª, chegou o projeto apresentado ao texto que tinha inicialmente. Voltamos agora a sugerir a extensão da anistia com que, em vez de nos colocarmos em oposição ao pensamento de S. Exª, vamos exatamente ao encontro desse pensamento, partilhando, portanto, dos mesmos nobres propósitos que ditaram a S. Exª a proposição inicial.

O art. 2º do Substitutivo que a Comissão de Constituição e Justiça

apresenta declara que “a presente anistia abrange, ainda, todos os civis e militares que direta ou indiretamente estiveram envolvidos, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 1º de março de 1961 até esta data”.

A data de 1º de março de 1961 explica-se pelas seguintes circunstâncias: Em 23 de maio de 1955 foi promulgado o Decreto Legislativo nº 22, que concedia anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares que direta ou indiretamente se houvessem envolvidos, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País, a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956.

O que estamos fazendo através desse art. 2º é, apenas nessa parte de movimentos contra a ordem da esmagadora das instituições, eliminar o vazio que ocorreu entre esse Decreto Legislativo que concedeu anistia aos fatos ocorridos até 1º de março de 1956 e a proposição em curso no Senado, que só dá anistia para os fatos ocorridos depois de 25 de agosto de 1961.

Veamos, então, fatos que se verificavam, com o mesmo caráter e a mesma natureza, entre 1º de março de 1956 e 25 de agosto de 1961, sem ficar abrangidos pela anistia.

Como é da essência do rememérito instituído da anistia, medida de clemência de que os povos lançam mão nas horas de sofrimento, para que a família nacional se reconforte e todos possam reiniciar atividades benéficas, em prol da própria Pátria, o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça declara, explicitamente, que, por efeito dessa anistia, ficam em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais ou disciplinares relativos aos fatos acima mencionados.

Sr. Presidente, a anistia é uma medida que traz sempre benefícios ao entendimento dos cidadãos; é medida de esquecimento, busca desarmar os espíritos, procura fazer com que o País volte a uma página sobre os dias transatos e veja apenas o futuro, a exigir de todos os cidadãos sua quota de trabalho em prol do alevantamento moral e do progresso político do País.

É com esses propósitos e para esses fins que a Comissão de Constituição e Justiça, tomando conhecimento da iniciativa muito louvável do honrado Senador Cunha Mello, propõe ao Plenário a seguinte Emenda Substitutiva:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida anistia ampla e irrestrita aos autores de fatos ocorridos no território nacional, durante o período de 25 de agosto de 1961 até a presente data, e que constituam crimes definidos nos arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, observado o disposto nos arts. 13 e 74 da mesma Lei e mais os que constituam crimes definidos nos arts. 3º, 6º, 7º, 11, 13, 14, 17 e 18, da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1952.

Art. 2º A presente anistia abrange ainda todos os civis e militares que direta ou indiretamente estiveram envolvidos, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 1º de março de 1961 até esta data.

Art. 3º Por efeito desta anistia ficam em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais ou disciplinares relativos aos fatos acima mencionados.

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor no dia de sua publicação.

ção, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

Inspira-se o presente projeto no alto pensamento de convocar todos os brasileiros para a paz e para a concórdia. Antes mesmo de qualquer investigação sobre as ocorrências desses últimos dias podem ser classificados como fatos criminosos e antes mesmo de qualquer processo para a indicação dos autores de tais fatos, convém que se anuncie que o Congresso Nacional deseja que sobre tais ocorrências se lance generoso e perpétuo esquecimento.

O mesmo nobre propósito deve retroagir no tempo para alcançar quantos, inspirados em respeitáveis sentimentos, participaram direto ou indiretamente, de movimentos pela lei definidos como crime. Terá o Congresso, assim, concorrido, na mais ampla escala, para o congraçamento geral dos brasileiros, nesta hora em que o Brasil exige de todos os seus filhos o serviço pelo bem comum.

O Sr. Cunha Mello se ausenta da presidência, assumindo-a o Sr. Argemiro de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão, para emitir o parecer da Comissão de Segurança Nacional.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto em exame é de autoria do nobre Senador Cunha Mello, que, como acaba de dizer o nobre Relator da Comissão de Constituição e Justiça, merece louvores pela sua iniciativa.

O Projeto visa a conceder ampla e irrestrita anistia a todos os civis e militares que hajam transgredido quaisquer normas penais ou disciplinares em decorrência da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros, pondo-se perpétuo silêncio em todos os processos criminais e disciplinares decorrentes de tais acontecimentos.

A Comissão de Constituição e Justiça, examinando o assunto, apresentou Substitutivo estendendo a anistia aqueles civis e militares que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 1º de março de 1961 até esta data.

De 1º de março de 1961 até esta data não há lei alguma regulando ou concedendo anistia em nosso País. A Comissão de Constituição e Justiça quer, assim, ampliar a alta, compreensiva e generosa iniciativa do nobre Senador Cunha Mello, que, apresentando seu projeto, disse muito bem, que o intuito da anistia representa a concórdia, alta e nobre nos seus propósitos, do Poder eminentemente político da Nação, o Poder Legislativo, para a pacificação dos espíritos.

No presente momento da existência institucional do País, em que horas verdadeiramente dramáticas são vividas por todos os brasileiros, o Congresso Nacional, em consonância com a vontade de todos os patriotas, deve tomar a iniciativa do perdão propiciador da concórdia.

Com o presente projeto, diz ainda S. Exª:

A medida — *amnesia* do grego, *lex oblivionis* do latim — generosa, nos seus desígnios e altamente política por qual nos seus propósitos, não diminui aos que dela se beneficiam — aos anistiados. Eleva o poder anistiante.

Amando extremamente ao meu País e aos meus irmãos brasileiros, sem distinção de cor, credo religioso ou convicção política,

com a iniciativa deste projeto quero contribuir para a devolução da paz social aos nossos dias”.

Com essas palavras, que definem a intenção do autor do projeto e esclarecem perfeitamente os objetivos da proposição, é que o nobre Senador Cunha Mello a justificou.

Pensando por todos os brasileiros de boa vontade que desejam, acima de tudo, a paz da família brasileira e o bom entendimento entre os homens públicos responsáveis pelos destinos do País, S. Exª, acertadamente, altamente, veio ao encontro de uma aspiração, não apenas do Congresso Nacional, mas de todo o Brasil, porque está no coração, no íntimo dos sentimentos, de todos os patriotas, de todos os bons brasileiros e de todos os espíritos compreensivos, nobres e elevados.

A Comissão de Segurança Nacional entende que, no presente momento, sobretudo, é do mais relevante interesse, a anistia, uma vez que ela visa assegurar a concórdia em nossa Pátria sacudida, de algum tempo a esta parte, por motivos de discórdia política-partidária.

É um momento de pausa, de reflexão, que o projeto impõe a todos os brasileiros, para que reexamem, para que todos os homens públicos responsáveis, para que todos aqueles cidadãos que tenham alguma parcela de responsabilidade nos supranos destinos deste País considerem que, acima das divergências político-partidárias, que acima das diferenças de orientação filosófica ou de credo religioso, há de haver um ponto de encontro de todos, que seja a consonância de uma aspiração comum ao regime democrático que garante todas as liberdades e assegura a manifestação de todas as tendências do espírito humano. Que todos os brasileiros possam entender-se, divergindo, embora, mas seus pensamentos, nos seus pontos de vista e nas suas orientações, e viver sob o império da Lei e da Constituição, porque somente sob o império da Lei e da Constituição poderá haver a liberdade humana, que é um bem inestimável.

Todos podemos construir nossos próprios destinos, como personalidades humanas, todos podemos realizar a nossa missão, todos podemos seguir a nossa rota, todos podemos alcançar o nosso objetivo, o deságio espiritual de nossa civilização, realizando nossa personalidade de pessoas livres, com atributos de liberdade e dignidade e construindo, no Brasil e para o mundo, os alicerces de uma era nova e melhor, de paz, de compreensão, de solidariedade e de fraternidade humana.

Na inspiração desses nobres e altos propósitos é o parecer da Comissão de Segurança Nacional, favorável ao Projeto do nobre Senador Cunha Mello, e ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. (Muito bem; Muito bem).

O Sr. Argemiro de Figueiredo se ausenta da presidência, assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável com o Substitutivo que oferece. A Comissão de Segurança Nacional opina favoravelmente ao Substitutivo.

Val ser lida emenda encaminhada a Mesa.

E lida a seguinte

EMENDA Nº 2

Ao Substitutivo.

Inclua-se onde convier:

Ficam, também, anistiados nos mesmos termos, os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de

natureza grevista relacionado com os acontecimentos a que se refere o artigo anterior

Justificação

Será feita em Plenário.
Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1961. — Paulo Fender.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fender, para justificar a sua emenda.

O SR. PAULO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ouvimos as considerações aqui expendidas pelos nobres Senadores Aloysio de Carvalho e Jarbas Maranhão, com relação ao Projeto de Anistia que o Senado da República vai votar.

De pleno acordo com esse gesto que o nobre Senador Cunha Mello inicia com sua humanidade e com sua filosofia, porisso que, na brilhante justificação (o seu Projeto, S. Ex.^a se refere à amnistia ou ao *lex oblitio*, figuras da sistemática jurídica, que significam o esquecimento total sobre fatos já perdoados pela opinião pública ou pela História.

Certo interpretar o pensamento da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nestas palavras, com o simples concurso da minha emenda, que especificamente, o instrumento de que necessitam os trabalhadores brasileiros para se precaverem contra possíveis atitudes de patrões, como punição à sua participação patriótica nos acontecimentos que recentemente abalarão a Nação.

Depreende-se, tanto do projeto inicial do nobre Senador Cunha Mello, como do Substitutivo do Ilustre Senador Aloysio de Carvalho...

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Ex.^a O substitutivo é da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO FENDER — Mas V. Ex.^a encarna bem a Comissão de Constituição e Justiça. Porque se assim me refiro, mas faço a retificação.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Emitindo o parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, apresentei substitutivo que, evidentemente, é da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PAULO FENDER — Perfeitamente. Faço a retificação necessária a veracidade dos fatos. Como se depreende, tanto do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, como do projeto inicial de autoria do nobre Senador Cunha Mello, a anistia ampla e irrestrita é concedida a todos os civis e militares. Assim podiam os operários naturalmente estar incluídos no favor legal. Entretanto, a legislação trabalhista se refere aos direitos do trabalhador e o Decreto número 9.070 que ainda vige, porque o Congresso Nacional ainda não votou o esperado projeto que consubstanciava a Lei de Anistia, acredito seria necessário especificarmos, no projeto que o trabalhador também está anistado, quer tenha participado de greve explícita ou implicitamente, porque a recusa a participar do trabalho consubstanciou não as mesmas veras de patriotismo que deve ter consultado o coração dos militares que anistamos pelo nosso projeto. E, por conseguinte, um movimento de natureza política que não pode deixar de expandir-se até as classes trabalhadoras. Não é justo que por sutilezas de texto de lei venhamos a anistiar militares ou civis e professores outras que não as profissões consideradas como operárias, e um trabalhador de 30 anos de serviço seja despedido fora da lei e perca seus direitos por um lapso do Congresso que, evidentemente não consulta a sua intenção, no momento, que e, conto muito bem disseram os defensores do projeto, de anistia ampla e irrestrita a quem quer que tenha participado

dos acontecimentos que acabam de assinar este curto transe na história do país.

Com estas palavras, peço a acolhida do plenário para minha emenda. (Muito bem).

O Sr. Gilberto Marinho se ausenta da Presidência, assumindo-a o Sr. Nogueira Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que apoiam a emenda justificada da tribuna, pelo nobre Senador Paulo Fender, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Apoiada. (Pausa).

Vai ser lida outra emenda.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 3

Ao art. 2º do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça:

Substituir

"nos movimentos revolucionários"

por

"nos fatos subversivos ocorridos".
Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1961. — Caiado de Castro.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para justificar a emenda que acaba de ser lida, o nobre Senador Caiado de Castro.

O Sr. Caiado de Castro:

(Para justificação de emenda) —

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, de início desejo declarar a V. Ex.^a e à Casa que estou de pleno acordo com o Projeto de autoria do nobre Senador Cunha Mello.

Receio, porém, neste acontecimento, como em todos os outros sobre os quais o Congresso se tem manifestado, a generalização, a liberdade excessiva de muitos anos e que por vezes tem sido causa de injustiça: homens que de fato participaram de determinados acontecimentos... em os menos beneficiados pelos favores votados pelo Congresso.

Sr. Presidente, citarei, por exemplo, um caso que me dá respeito. Os militares que foram a guerra na Itália, para generalização adotada pelo Congresso, acabaram tendo menos vantagens do que aqueles que permaneceram no Rio de Janeiro.

Foi tão amorosa a injustiça, que apresentei requerimento, ao qual adriação de todo e qualquer favor e concessão pelo Congresso, que me pusesse a beneficiar, para que o mesmo fosse dado aos que ficaram passando, no exílio.

Verificamos, também, Sr. Presidente, — e sobre isto há uma lenda de uma minha mocidade — que no Brasil não adianta apresentarmos a vida e a família, deixando-a ao desamparo nas ruas pela defesa da ordem e da segurança, porque, afinal, a anistia sempre vem.

Sr. Presidente, outra coisa, um fato neste Congresso. Eu era o Tenente mais novo do meu Regimento e tive de assumir o comando, num momento de crise, porque os oficiais mais graduados se negaram a lutar, sob a alegação de que não adiantava lutar a vida em movimento legalista e deixar a mulher e os filhos ao abandono. Sabiam que, dias depois, viria a anistia.

No caso atual, estivemos diante de um movimento generalizado e a tranquilidade da família brasileira exige que o Congresso conceda essa anistia, mesmo porque não sabemos quem se trata mais beneficiado, pois se se apurar bem, verificar-se-á que há muita gente importante envolvida nesses fatos, por omissão.

Concordo plenamente com o Projeto de Anistia. Desejo, porém, acrescentar que não houve qualquer movimento revolucionário no Brasil a partir de 1956. Posso afirmar que não houve. Ninguém conhece esses movi-

mentos, a menos que se dê à expressão "movimento revolucionário" o mesmo significado que se está dando a este, quando, etc. Eu tive um episódio — segredo anunciado a imprensa — e dois minutos depois estava participando dos debates neste plenário. E logo se explicou, que se servia para a manutenção da família brasileira e da vida. Não houve no Brasil — repito — neste últimos anos, nem movimento revolucionário nem sequer o que poderíamos chamar de movimento. Apenas alguns militares decidiram, de um momento para outro, sinular uma rebelião. Fomaram a aviação, deram um passeio e, com isso, trouxeram prejuízo de milhões e milhares de cruzados ao País. Nada mais houve.

O Sr. Vitorino Lima — De qualquer maneira, foi uma ação sem sentido.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Se considerarmos esse episódio como movimento revolucionário de tal maneira que estaremos banalizando o termo que usamos, de certo modo, um precedente perigoso para o próprio Congresso.

Submeto, antes minha Emenda ao nobre Senador da Comissão, pedindo suas luzes. Quando, em que se dá esta anistia. Uma vez que estamos aqui, uma vez que a preocupação maior é unir a família brasileira, devemos unir, Sr. uma vez, não esquecendo do benefício os participantes desse qualquer movimento isolado. Demos-nos conta, seu verdadeiro nome, chamemos de "ocorrências". O que não é possível é considerar movimento revolucionário a brincadeira de crianças ou de Jacareacanga, que nada mais foram do que uma revivência, custando ao País milhões e milhares de prejuízo.

Minha intenção, Sr. Presidente, com a apresentação da Emenda, é apenas dar a essas ocorrências seu verdadeiro significado e não permitir que, mais tarde, se admita ter o Congresso reconhecido como movimento revolucionário a brincadeira de crianças ou de Jacareacanga.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que apoiam a emenda ora justificada pelo nobre Senador Caiado de Castro, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Apoiada.

Sobre a mesa, outra emenda.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 4

Estendam-se os favores deste decreto ao Exmo. Sr. Presidente Jânio Quadros.

Sala das Sessões, em 9-9-61. — Coimbra Bueno.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno, para justificar a emenda que acaba de ser lida.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, sei breve na minha justificativa. O abandono do cargo tal como se verificou, expondo o País aos mais tremendo e injustificados riscos e aos mais dolorosos decorrentes, não exige maiores explicações e só pode inspirar uma resposta cristã — o perdão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

Justificada a Emenda do nobre Senador Coimbra Bueno, submeto-a ao apoio do Plenário.

O SR. DANIEL KRIEGER:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Daniel Krieger.

O SR. DANIEL KRIEGER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, evidentemente não posso dar apoio à Emenda apresentada pelo eminente Senador Coimbra Bueno.

O Sr. Jânio Quadros pode ter cometido um erro — eu creio mesmo que o cometeu — mas praticou um ato lícito e permitido. Ele podia renunciar, como o fez, à Presidência da República.

Portanto, Sr. Presidente, não posso concordar com a Emenda que procura perdão ao ato que praticou. A hora é de congratulamento e mesmo de encimamento e os gregos definiam a anistia com o veu do esquecimento.

Não podemos englobar o ex-Presidente da República nesta anistia porque não existe a menor dúvida de que o Sr. Jânio Quadros pode ter faltado aos seus compromissos com a Nação. Não cometeu, porém, qualquer infração passível de pena e, portanto, não necessita ser abrangido pela anistia.

Creio, Sr. Presidente, que nessa hora, não só a Anistia da Lei de Votos Conter, mas também a outra anistia, que brota dos corações.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, esta emenda, pela falta de fundamento jurídico e pela falta de cobertura legal, não merece o meu apoio. Por isso, em meu nome e em nome da Bancada do União Democrática Brasileira, embora o nobre Senador Coimbra Bueno a tenha entregue com grande dignidade para nós, não podemos dar nosso apoio à Emenda de sua autoria.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Benedito Valladares.

O SR. BENEDICTO VALLADARES:

(Sobre a Emenda) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Partido Social Democrático e contra o apoio da emenda. Não nos consta que o ex-Presidente Jânio Quadros tenha cometido qualquer infração. (Muito bem).

O SR. FAUSTO CABRAL:

(Sobre a Emenda) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, declaro que somos contrários ao apoio da emenda que não se justifica de maneira alguma. (Muito bem).

O SR. MEM DE SA:

(Sobre a Emenda) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, pelas razões óbvias expostas, a Bancada do Partido Libertador também nega apoio à uma emenda que não tem razão de ser. (Muito bem).

O SR. COIMBRA BUENO:

(Pela ordem) — Senhor Presidente, retiro minha emenda; na oportunidade do encaminhamento da votação pedirei a palavra, para então esclarecer o meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE:

O autor acaba de retirar a emenda. A Mesa pede, sobre as três emendas oferecidas ao debate, audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, em nome da Comissão de Constituição e Justiça profiro parecer relativamente às emendas apresentadas pelos nobres Senadores Paulo Fender e Caiado de Castro.

A primeira manda incluir onde convier a seguinte disposição:

"Ficam também anistiados, no mesmos termos, os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de natureza grevista, relacionado com os acontecimentos a que se refere o artigo anterior."

Ainda que julgasse mais próprio um projeto autônomo concedendo essa anistia, é evidente que, do ponto de vista da técnica legislativa, a emenda cabe no projeto Substitutivo em discussão, até porque, referindo-se a fatos de natureza grevista, relaciona esses fatos com os que são objeto do Substituto, estabelecendo uma vinculação que é exatamente, a do período de 23 de agosto de 1961 até esta data.

A Comissão de Constituição e Justiça não tem dúvida, portanto, em oferecer parecer favorável à emenda.

A emenda do nobre Senador Calado de Castro também merece aprovação da Comissão de Constituição e Justiça. Assistimos à brilhante justificativa feita, oralmente por S. Exa. que se impressionou com a expressão "movimento revolucionário".

Não sei se, realmente, os dois fatos referidos foram uma simples brincadeira, mas a verdade é que eles não podem incluir-se na categoria nem de movimento e, muito menos, de movimento revolucionário, porque eles não foram vencedores, não tiveram envergadura de um movimento que se pudesse dizer revolucionário por que vitorioso. Enquanto os movimentos de disciplina ou de rebeldia não conseguem atingir os seus fins, eles não passam de uma rebeldia, de uma subversão, de uma sedição.

Quando, entretanto, atingem suas finalidades, se tornam vitoriosos, e se impõem como uma realidade triunfante, eles são, então, uma revolução.

Temos, na História Republicana mais recente, um fato bem vivo que é o da Revolução de 30. Se os sediciosos e rebeldes daqueles dias de outubro de 1930 não tivessem conseguido a queda do Poder civil, estariam merecendo do Congresso Nacional de então, uma medida de anistia, ou, do Poder Judiciário, uma medida de condenação. Uma vez, porém, que a atingiram o objetivo em vista, significaram um movimento revolucionário.

Nesta particular, estou de acordo com o nobre Senador Calado de Castro.

Devo, entretanto, declarar a S. Exa. que a expressão "movimento revolucionário" foi aproveitada do Decreto Legislativo de maio de 1956, a que me referi, e que definiu como "movimento revolucionário" os fatos ocorridos no País de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956.

Ir propriedade por impropriedade, afastemos as impropriedades deste Decreto Legislativo, de modo a que fique a expressão "nos fatos subversivos" em Substituição a "movimentos revolucionários".

A Comissão de Constituição e Justiça está de acordo com a Emenda apresentada. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a emenda em tela solicito o parecer da Comissão de Segurança Nacional.

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Comissão de Segurança Nacional é favorável às Emendas apresentadas ao Substituto da Comissão de Constituição e Justiça.

De referência à Emenda do nobre Senador Paulo Fender, vazada nos seguintes termos.

"Ficam também anistiados os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de natureza grevista relacionado com os acontecimentos, a que se refere o artigo anterior".

é evidente que ela amplia os propósitos do Projeto, para alcançar paz e concórdia entre todos os brasileiros.

Creio que a iniciativa do nobre Senador Cunha Mello resguardavam também os interesses dos trabalhadores. Dada, porém a natureza da Lei que se tem em vista elaborar, talvez seja conveniente mesmo conste do seu texto o que dispõe a Emenda do nobre Senador Paulo Fender, sobretudo quando é sabido que trabalhadores participaram de movimentos de natureza prevista, como processo afirmativo de manifestarem empenho na manutenção da Constituição e da legalidade.

Quanto à Emenda do nobre Senador Calado de Castro que manda substituir a expressão "nos movimentos revolucionários" por "nos fatos subversivos ocorridos", da mesma forma a Comissão de Segurança Nacional se manifesta favorável à sua aprovação.

Na verdade, a revolução tem sentido mais profundo do que o ocorrido nos fatos subversivos de Aragarças e Jacareacanga.

Revolução seria a dos fatos posteriores a 25 de agosto, que felizmente foram superados.

A revolução é um choque de minorias, a minoria dominante do Poder, quando começa naturalmente a se entardecer ou a se degradar, com a vitalidade da minoria na planície ou fora do Poder, que se torna cada vez mais forte, à proporção que se debilitam as minorias dominantes.

Para que ocorra realmente a revolução é preciso que uma dessas duas minorias, a que não está no poder, traga atrás de si, arraste, nesses movimentos revolucionários as massas, a maioria do povo porque essa minoria deve representar uma aspiração, um interesse, um empenho de novos e de melhores condições de vida para essa maioria, que é liderada por uma minoria atuante.

Este o sentido sociológico da revolução que, ultimamente, tem sido substituído em seus choques violentos, no derramamento de sangue, pelos golpes brancos, pelas revoluções brancas.

Por isso Sr. Presidente, a Comissão de Segurança Nacional entende, que os referidos fatos de Jacareacanga e Aragarças, que podem ter sido inclusive inspirados em idealismo de oficiais novos, se bem que nós não pudéssemos apoiá-los por serem movimentos contra a Lei, contra a Constituição, não podem ser considerados movimentos revolucionários, como muito bem esclareceu, com sua indiscutível autoridade de Chefe Militar e conhecedor profundo dos regulamentos militares, o nobre Senador Calado de Castro.

A Comissão, assim, aprova a emenda, para que fique substituída a expressão "nos movimentos revolucionários" pela expressão "nos fatos subversivos ocorridos".

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com as emendas.

Não havendo quem faça uso da palavra encerro a discussão.

Vai-se passar à votação.

O Substituto tem preferência regimental. (Pausa).

Sobre a mesa requerimento de destaque.

É lido o seguinte

Requerimento nº 359, de 1961

Nos termos dos arts. 212, letra "t", 230, letra "a", do Regimento Interno, requiero destaque, para votação em separado, da seguinte parte do Projeto: no art. 2º — as expressões inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores".

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1961. — Calado de Castro.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, ueiram permanecer sentados. (Pausa). Aprovado.

A expressão destacada será votada separadamente.

Em votação. Substitutivo, ressalvado o destaque e sem prejuízo das emendas. (Pausa).

Tem a palavra o nobre Senador Junha Mello, para encaminhar a votação.

O SR. CUNHA MELLO (Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nas considerações que vou fazer desta tribuna, terei dois objetivos: 1º — justificar os propósitos altos, pacifistas, necessários, neste momento, do meu projeto de anistia; 2º — examinar as emendas que lhe foram apresentadas. (Lendo):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos nós, embora por diferentes caminhos, colaboramos no apaziguamento da família política, restituímos o País à calma e à tranquilidade em que vivia antes da renúncia do Sr. Jânio Quadros, inesperada e imprevista. Depois do período angustioso que se sucedeu a esse ato, afinal, raiou na consciência dos responsáveis pelos dias que vivemos, o sol da legalidade, tanto pregada, mas uma legalidade em que não se cumpria a Lei das Leis, a Constituição.

Já mais compreendi "legalidade" com violações tão gritantes de nossa Lei Maior — a Constituição. — Não sendo, por convicção própria, dado meu voto à solução que se adotou em 48 horas para sair o País da crise profunda em que estava mergulhado, com este projeto de anistia venho razer a minha colaboração aos bons propósitos daqueles de quem divergia. Venho dizer-lhes que também desejo a paz, mas com ordem e liberdade para a nossa gente.

Sr. Presidente:

A anistia — o privilégio maior da vitória e do Poder — é instituto de direito penal.

Acalmando os espíritos, cicatrizando as feridas, olvidando as máguas das lutas políticas, esquecendo vinganças, é imposta pelo objetivo de razer a paz à sociedade depois de violentas comoções. É o epílogo dos rimes políticos. Esquece e extingue as consequências de todos eles, devolvendo à sociedade a sua ordem e tranquilidade, mais forte e maior.

Antecipa-se a sentença para absolver logo, suspendendo a justiça. Não a usurpa, mas mitiga, como disse Rui Barbosa. Faz desaparecer tudo que conste do crime e dos criminosos.

Ampla ou geral a medida tem sua ação limitada no tempo, quanto às pessoas a quem deve beneficiar e aos crimes que deve perdoar.

O instituto da anistia representa a contribuição alta e nobre nos seus propósitos, do Poder Político do Estado — o Poder Legislativo — para a pacificação dos espíritos. No presente momento, de colapso constitucional do País, nas horas dramáticas vividas por todos os brasileiros, do Congresso Nacional, órgão da soberania popular, deve partir, em consequência, em obediência da vontade de todos os brasileiros, a iniciativa do perdão, da concórdia do País.

Esta é a minha contribuição patriótica, de brasilidade, de sentido humano.

Neste projeto, de minha iniciativa, assinado, pelos mais dignos e expressivos componentes desta Casa, está aberto o caminho do entendimento, da pacificação de todo o Brasil.

A medida — amnésia do grego, lex oblivionis do latim — generosa nos seus desígnios e altamente política, por igual, nos seus propósitos, não diminui aos que dela se beneficiam —

aos anistiados. — Ao contrário, eleva o anistiante. Torna-o maior.

Amando, estremecidamente ao meu País e aos meus irmãos brasileiros, quaisquer que sejam as suas crenças políticas sem distinção de raça, de credo religioso ou político, com a iniciativa deste projeto quero contribuir para a devolução da paz social aos nossos dias.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, meu projeto é uma verdadeira "Arca de Noé", é um "Coração de Abraão", onde palpita o desejo de união e de concórdia de todos brasileiros. A ele prendem-se, admitem-se todas as emendas que tenham esse propósito, de que continui e se consolide a paz social no Brasil.

Não poderia deixar de consignar aqui aquilo que, a meu respeito, já afirmou o nobre colega Senador Aloysio de Carvalho, que de início meu projeto era mais amplo; mas cedi a diversas objeções de colegas para torná-lo, se não mais restrito, pelo menos, menos extenso.

No meu projeto cabe, e não poderia deixar de caber, a ideia de estendê-lo, também, aos operários do Brasil, que, em virtude dos acontecimentos, sofreram sanções verdadeiramente injustas e tratamento desumano, porque se manifestaram pela causa da Legalidade e do respeito à Constituição.

Cabe, também, àqueles outros a que se referiu o nobre Senador Calado de Castro, cabe em todo e qualquer propósito de tornar maior a paz do Brasil, voltando o país e a sua gente à tranquilidade.

É essa a justificativa do meu projeto e o apoio às emendas apresentadas. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, desde o primeiro momento fui favorável a esse projeto, apresentado aqui, no dia 2 do corrente mês.

Apresentei, há poucos minutos, uma emenda de responsabilidade pessoal. Nisso não ia nenhuma desconsideração ao Líder do meu partido, porquanto, apresentei-a no último momento, ao chegar a este recinto. Mas, retirei-a, ante as manifestações, não somente do meu partido, como dos demais partidos aqui representados, e porque não desejo provocar polémica, em torno de assunto de tal gravidade.

A apresentação desse projeto é do dia 2 de setembro, portanto sete ou oito dias após o abandono do cargo, pelo ex-Presidente da República. Essa apresentação, muito antes de solucionar a crise nacional, mostra bem o sentido psicológico, que o nobre autor desse projeto e todos que o apoiaram, tinha em mente, porque, na realidade, o projeto vinha amparar faltas que poderiam estar ainda no pensamento de muitos brasileiros, mas que, na realidade, ainda não praticados e nem sequer configurados.

Foi, portanto, uma antecipação sobre o que estava por vir, porque no dia 2 de setembro, não estava habilitado, não se sabendo, ainda, o alcance da crise que atravessávamos.

Senhor Presidente, todos temos conhecimento de que, na Câmara dos Deputados há um movimento para a formação de uma comissão de inquérito, para apreciar, talvez as responsabilidades, não sei bem os termos em que está vasado esse documento, da renúncia do ex-Presidente da República.

Como o nobre autor do projeto de anistia o justifica, ele fez do mesmo uma espécie de selo ou coração de Abraão, como se de cita em sua justificativa. Portanto, o perdão que ali cabe para uns, e que já foi estendendo a operários e a civis isto é, a todos que tenham se tornado pas-

áveis de sanção, por ato ou fatos subversivos, deve também favorecer a todos aqueles que tenham concorrido para mirações ou queas paracapaço para ou infortunadamente. Por isto cabe perdoar também ao ex-Presidente da República que desencadeou toda a crise que atravessamos.

O ex-Presidente da República passou o seu governo, de madrugada, a três chefes das Pastas Militares e não a um dos seus substitutos legais e civis. S. Ex.^a estava a menos de um quilômetro do Congresso Nacional. Nós temos três Poderes constituídos, perfeitamente representados em Brasília, o Poder Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Nenhum deles foi ouvido ou consultado. Entregou o Poder pura e simplesmente a três chefes militares. Com a graça de Deus, as Forças Armadas, nestes últimos acontecimentos de 21 de novembro, 11 de novembro e, agora, 25 de agosto, tiveram bom senso e desambição de não reter em suas mãos o poder civil, isto é, não dar um golpe militar. Por isso, nós, neste momento, brasileiros de todos os partidos e de todos os credos estamos rendendo graças a Deus. Em todos esses movimentos, os militares têm mantido a sua boa tradição e com honra devolvido o Poder prontamente ao império da Constituição. Portanto, Sr. Presidente, a emenda que retirei, mas que deixo consignado nos anais desta Casa, tinha também o sentido de paz, tinha um sentido altamente cristão, de perdão, é como se desejando pôr um manto sobre o passado, esquecer este transe doloroso porque acabamos de passar. Pretendia, assim, dentro do espírito do projeto em causa passar uma esponja sobre o passado e desde logo sobre quaisquer resultados do inquérito ora em cogitação na Câmara dos Deputados, que também teria antecipado perdão. Este era o sentido desta emenda que fiz em caráter estritamente pessoal; como já disse, não dispus de tempo, no momento, para consultar o líder do meu partido nesta Casa. Assumo a responsabilidade da mesma e sobretudo do seu sentido construtivo e eminentemente cristão, que se resume na palavra *perdão*, mesmo antecipado. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão para encaminhar a votação.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

(*Para encaminhar a votação*) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, na oportunidade em que o Senado vota a proposição do nobre colega, Senador Cunha Mello, desejamos proferir algumas palavras para exaltar um gesto e uma individualidade.

Calorosos, embora, em nossos sentimentos de solidariedade e admiração e quando pugnamos por causas que se nos afiguram legítimas, somos dentro de uma índole que é dessa maneira animada se bem que simultaneamente retraída — muito sóbrios, em manifestações de aplauso — quando chegamos a fazê-lo — e nas referências a personalidades vivas ou atuantes.

Não sendo, assim, de elogios fáceis e muito menos de louvores gratuitos, sentimo-nos à vontade para render uma homenagem ao eminente Marechal Henrique Teixeira Lott, pelo nobre procedimento de Sua Excelência no auge da crise, que parecia destinada a destruir as instituições democráticas no país.

É justo que se assinale tão destemido procedimento, mesmo quando a crise já esteja superada.

É necessário que se exalte o comportamento do ilustre brasileiro, pois fazendo jus à tranquilidade e ao repouso no seio da família, por um longo período de valiosos serviços prestados ao Exército e à Nação, não quis declinar ele, nem declinou, do

que entendeu ser uma obrigação sua, qual seja a de empenhar-se clara e decisivamente na defesa da Constituição, no respeito ao nosso Texto Básico.

Desse modo, é que ele se pronunciou: "embora afastado das minhas atividades militares, mantenho compromissos de honra com a minha Pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais", para logo, em seguida, conchamar todas as forças vivas do país, a tomar enérgica posição — como ainda o disse — pela preservação do regime.

Quizemos, Sr. Presidente, nesta Tribuna, nomear o gesto daquele honrado cidadão, pois que ao praticá-lo, o fez aberta e corajosamente, sem o receio das consequências que o pudessem afetar, conduzido, apenas, na elevada inspiração de zelar pela liberdade política do povo brasileiro.

Num instante de afirmação — como o Senado sentiu que o era, a ele correspondendo — quando, apesar disso, pronunciamentos foram feitos revelando uma expectativa excessivamente prudente ou atitudes calculadas e traduzindo alguns até um realismo grosseiro, numa hora, enfim, de decisão, por ser de defesa de princípios a conduta e o manifesto do Marechal Henrique Teixeira Lott, consagrando um Chefe Militar digno do Exército e de suas mais altas tradições, merecem ser vivamente registrados e enaltecidos como um exemplo de desprendimento, bravura cívica e compreensão de deveres, bem como expressiva e valorosa lição às gerações que se sucedem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. VIVALDO LIMA — (*Para encaminhar a votação*) — (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, neste recinto, quando já ia adiantada a fase de tramitação da proposição ora submetida a apreciação deste Plenário, prolatava a matéria, em nome da douta Comissão de Constituição e Justiça o valoroso e culto Senador Aloysio de Carvalho, que, ao fazê-lo, ofereceu emenda substitutiva ao Projeto de autoria do nobre Senador Cunha Mello, representante do Amazonas.

Sr. Presidente, minha presença nesta tribuna viza, apenas, a fazer alguns reparos. Há, de fato, dúvidas no meu espírito, quanto ao alcance do Art. 1º da emenda substitutiva, que se propõe a suceder àquele artigo da lavra do nobre Sen. Cunha Mello, que concede anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares que hajam transgredido qualquer norma legal, em decorrência da renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros.

De minha parte, achei limitados, no tempo os favores da proposição. Aguardava sua apresentação e, em seguida, sua tramitação, para ver se seria possível estendê-la a acontecimentos anteriores. No entanto, encontra-se na emenda substitutiva da douta Comissão de Constituição e Justiça, a reparação quanto a fatos anteriores à renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros.

Agora, Sr. Presidente, ao revelar a minha dúvida, e com as ponderações que faço à douta Comissão de Constituição e Justiça, desejo de sua parte os esclarecimentos a fim de que possa dar meu voto de plena consciência.

Diz o Art. 1º da Emenda Substitutiva:

"Fica concedida anistia ampla e irrestrita aos autores de fatos ocorridos no território nacional, durante o período de 25 de agosto de 1961 etc. etc."

Diz o Art. 2º:

"A presente anistia abrange ainda todos os civis e militares que direta ou indiretamente estiveram envolvidos, inclusive re-

cusando-se a cumprir ordem de seus superiores, etc. etc."

As redações são diferentes. A lei terá de ser cumprida. Agora, pondero, e a douta Comissão de Constituição e Justiça esclarecerá o Plenário antes que a votação se consuma: pelo Art. 1º parece-me que há uma restrição ao Art. 1º da proposição original de autoria do nobre Senador Cunha Mello, "abrangendo a todos civis e militares que hajam transgredido quaisquer normas"; no entanto, no Art. 1º da proposição substitutiva apenas se abrangem os autores de fatos.

Ora a Nação brasileira inteira aplaudiu que um Exército, que vários Estados situados nas regiões subordinadas aos militares do III Exército, em péso, se insurgissem contra o estado de coisas existente a partir de 25 de agosto. Perguntaria, portanto, se essa proposição absoluta também abrange aqueles que direta ou indiretamente, transgrediram as normas legais e disciplinares; se pela proposição somente os autores serão absolvidos dos crimes que praticaram dentro dos preceitos do Código Penal, citados no Art. 1º.

Esses os esclarecimentos que desejava pedir, porque vejo, na proposição original, amplitude total de perdão a todos os que direta ou indiretamente participaram do movimento, enquanto que, no Art. 1º, vejo apenas o perdão com endereço certo. E esse endereço é justamente aqueles que foram realmente os autores do movimento, aqueles que o dirigiram, aqueles que o chefiam. Eis a razão por que vim à tribuna solicitar esclarecimento, para que possa me conduzir na hora do voto com plena consciência de causa. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Remy Archer para encaminhar a votação.

O SR. REMY ARCHER:

(*Para encaminhar a votação*) (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabe o Senado que fui um dos envolvidos no triste episódio de Aragarças, quando viajei em um avião "Constellation", do Rio de Janeiro para Belém do Pará.

Conheço o Senado nos seus pormenores todos os fatos ocorridos, pois tive oportunidade de, em sessão secreta, expor aos meus dignos pares tudo o que naquele momento ocorrera. Bem conhecido do Senado foi o meu ponto de vista a respeito de movimentos dessa natureza e a posição que eu adotaria ao votar a anistia para militares.

Sr. Presidente, os dias que vivemos, as lutas que o Congresso Nacional travou nesta fase tão importante para a vida nacional, levam-me neste momento a declarar perante o Senado Federal que o meu voto não poderá ser encarado como um voto pessoal. Naquele momento, naquele episódio, tive oportunidade — graças a Deus — de reagir com energia e serenidade à violência de que era alvo.

Sr. Presidente, conheço a posição que tomou o nobre Líder de minha Bancada, Senador Victorino Freire declarando com a firmeza e a energia que o caracterizam que seria contrário a qualquer Projeto de anistia que viesse a esta Casa. Entretanto, com o sentido elevado de proporcionar ao nosso País dias de tranquilidade e de serenidade, em que toda a Nação possa trabalhar para remover os imensos obstáculos nestes 15 dias colocados no seu caminho de progresso, desta tribuna dirijo um apelo a S. Ex.^a o Senador Victorino Freire no sentido de que vote a favor do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que inclui na anistia os militares envolvidos nos episódios de Aragarças e Jacaréanga.

Dessa maneira, atendo também ao patriótico apelo que me fez o nobre Brigadeiro Clovis Travassos, recém-empossado na Pasta da Aeronáutica como componente do Gabinete de Ministros e desta tribuna digo à Nação que não me falta espírito público para assumir esta atitude.

Sr. Presidente, com sentido elevado, repito, com o desejo de contribuir para que a Nação tenha dias de serenidade e tranquilidade, darei meu voto a favor do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e renovo o apelo ao meu nobre Líder, Senador Victorino Freire, no sentido de que também o faça.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, para encaminhar a votação.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(*Para encaminhar a votação*) (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, ouvi com atenção o apelo que me fez meu companheiro de Bancada e amigo, o nobre Senador Remy Archer, já espaldado no apelo que hoje lhe dirigiu o Brigadeiro Clovis Travassos, conhecedor de meu firme propósito de negar anistia aos oficiais envolvidos no episódio de Aragarças.

Pedi o ilustre Ministro da Aeronáutica ao eminente Senador Remy Archer que me demonstrasse a intenção de votar contra a anistia, pois contava que nós, seus grandes amigos desta Casa, não lhe criássemos dificuldade no momento em que precisa colocar em ordem a Pasta da Aeronáutica e regularizar a situação desses oficiais, muitos deles acusados de crime de deserção.

Sr. Presidente, curvo-me ao apelo do Senador Remy Archer. Aqui já havia declarado que a Banca do Maranhão não votaria, de forma alguma, Projeto de anistia para os revoltosos de Aragarças, acrescentando que me cortassem os pulsos se assistisse qualquer pedido nesse sentido. Esses rebeldes prenderam um Senador da República dentro de um avião pertencente a uma companhia particular e, ainda mais, enquanto desembarcavam os passageiros, mantinham o Senador Remy Archer dentro do aparelho, com perigo de vida para S. Ex.^a, pois abasteciam o "Constellation" da Panair. Durante toda a noite, conservaram preso a bordo o Senador Remy Archer.

Aneser da revolta que, tal atitude ainda me cansa, não quero, absolutamente, deixar de concorrer para a pacificação dos espíritos. Curvo-me, pois, ao apelo do meu colega de Bancada, a quem estou ligado por laços de uma velha e fraterna amizade, para que não se diga que eu imitei, com o meu voto neste plenário, o resto de ódio dos revoltosos de Aragarças para com um Senador da República.

Sr. Presidente, voto a favor do Substitutivo sobretudo para atender aos apelos do Brigadeiro Clovis Travassos e ao Senador Remy Archer. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. CUNHA MELLO:

(*Para encaminhar a votação*) (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, agora, mais do que nunca, estou convencido que acertara nos meus primeiros propósitos, quando propus essa anistia abrangendo todos os fatos criminosos, todos os atos contra a disciplina, desde o dia em que o Brasil voltou ao seu regime constitucional, a ser um Estado de Direito, desde 1946.

Já declarei desta tribuna que estou de acordo com o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, porque, todo e qualquer propósito que seja de pacificar ainda mais o Brasil, esteve e continua em meu espírito.

Quanto ao incidente de Aragarças que aqui acabam de citar, não sei se o classifico de subversivo ou de revolucionário. Como quer que seja, o apelo do atual Ministro da Aeronáutica já estava também em meu espírito. Os envolvidos no caso de Aragarças ainda hoje estão sob ação da Justiça. É uma justiça que começou errada, porque começou querendo aplicar aos implicados dois crimes — o da deserção e o de conspiração política e militar. A deserção foi o crime inicial; a conspiração foi o crime fim. Como aplicar-lhes duas sanções diferentes?

Felizmente a estas horas já a verdadeira luz da justiça se fez entre a justiça militar e a civil: só estão envolvidos em crime político.

Sr. Presidente, reafirmo que no meu propósito estava abarcar, nos entendimentos entre todos os brasileiros e todos os fatos, todos os crimes políticos, todas as penas e infrações disciplinares desde que o Brasil entrou no regime constitucional. Isto é, desde o advento da Constituição de 1946.

Conferuto-me com os eminentes Senadores Remy Archer e Victorino Freire, o primeiro pela sua nobreza perante este Plenário e o último, atendendo ao anelo do seu companheiro de bancada e reformando o seu propósito inicial de votar a favor do destaque.

Estou inteiramente de acordo em que nessa iniciativa sejam abrangidos todos os que, de 1946 para cá, tenham cometido crime político ou indisciplina. Este o meu propósito, este o meu voto: estou contra o destaque. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE.

Vou submeter à votação o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, sem prejuízo das emendas.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, antes de submeter V. Exa. o Substitutivo à votação do Plenário, permita uma audiência da Comissão de Constituição e Justiça, para que ela pondere sobre a dúvida suscitada pelo nobre Senador Vivaldo Lima, relativamente à expressão do art. 1º "autores". A dúvida a rigor, não procede uma vez que, na sistemática penal brasileira, atualmente não mais existe a figura de "autores" e "cúmplices", mas simplesmente a de "autores". De modo que, aqui, no substitutivo, estariam compreendidos todos que houvessem concorrido, com uma parcela mínima que fosse, para estes fatos.

O art. 1º cita dispositivos da Lei de Segurança Nacional, onde realmente se faz uma gradação de penalidades relativamente aos cabeças e aos demais agentes. Todos porém, são autores.

A Comissão de Constituição e Justiça não teria dúvida para uniformizar o texto do art. 1º com o do 2º, em substituir a expressão "autores" pelas expressões "autores que participaram direta ou indiretamente".

Apenas, pergunto a V. Exa., Sr. Presidente, para esclarecimento do modesto relator da Comissão da Constituição e Justiça, se é possível oferecer esta Emenda substitutiva, que é mais uma emenda de redação do que propriamente de mérito. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Poderá V. Exa. apresentar uma subemenda, entretanto, a matéria encontra-se em fase de votação.

Assim sendo, submeto ao Plenário o pedido de audiência da Comissão de Constituição e Justiça formulado pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

A audiência foi concedida e a matéria irá às mãos de V. Exa.

Indago do nobre Senador Aloysio de Carvalho de que prazo necessita para o seu pronunciamento.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não necessito de prazo porque já expendi as razões por que solicitava a audiência.

Queria firmar apenas o seguinte: desde que estamos elaborando uma lei de anistia, devemos, realmente, compor o texto de modo a que não se levantem, na sua aplicação, quaisquer dúvidas. *(Muito bem!)*

A dúvida levantada pelo nobre Senador Vivaldo Lima, a rigor, não procede, porque temos, presentemente, na sistemática penal brasileira, apenas a figura do autor. Quem quer que concorra para uma infração será por ela responsabilizado na forma e nos limites do concurso que houver prestado.

Já desapareceu aquela velha e muito perturbadora distinção entre autores e cúmplices. Mas como realmente no art. 2º se fala "dos que participaram direta ou indiretamente", a expressão pode ser usada também no art. 1º.

É nesse sentido a Subemenda que vou mandar à Mesa, em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem à Mesa e é lida a seguinte Subemenda.

SUBEMENDA

Art. 1º.
Onde se lê — "autores".
leia-se:
"os que participaram, direta ou indiretamente, de..."
Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Substitutivo, ressalvada a dúvida, sem prejuízo das duas emendas em pareceres favoráveis e da subemenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o Substitutivo, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado:

Vai ser votada a expressão destacada a requerimento do nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. LIMA TEIXEIRA.

(Para encaminhar a votação) — *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, o nobre Senador Caiado de Castro pretende, com o destaque que acaba de oferecer, retirar do Art. 1º do Substitutivo as expressões "inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores".

Ocorre que esta expressão vem sendo usada no Projeto de Anistia nº 22, de 1956, que no seu Artigo 1º determina:

"É concedida anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares que direta ou indiretamente se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores".

Naturalmente, que não se trata de inovação, pois vem ocorrendo em Projetos de Anistia. Por esta razão deixava esclarecer o Plenário, fazendo-se possível um anelo ao nobre Senador Caiado de Castro, no sentido de que o destaque, solicitado por S. Exa. não seja aprovado, porque poderia, no futuro, provocar interpretações e restringir na aplicação do Projeto de Anistia, a garantia de certos direitos que cabem aqueles que, neste ato de esquecimento, se veriam amanhã, excluídos do benefício da anistia.

Esta razão porque, Sr. Presidente, no meu entender, devemos votar contra o destaque do ilustre Senador Caiado de Castro.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra para encaminhar a votação do destaque requerido, o nobre Senador Caiado de Castro.

O SR. CAIADO DE CASTRO:

(Para encaminhar a votação) *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, pela manifestação do nobre Líder da Maioria vejo que meu destaque será recusado. Serei vencido porém não convencido.

A alteração do nobre Líder da Maioria não se relaciona com o caso. O decreto de anistia que S. Exa. lei, é de anistia aos vitoriosos, e procurou-se, então, atingir aqueles que se haviam manifestado de modo contrário.

No caso vertente, não! Neste caso, devemos assim, não houve vitoriosos nem vencidos, graças a Deus! Mas o Congresso poderá estabelecer um princípio perigosíssimo, e não quero que amanhã se diga que concordei com que concorri para isso. Ninguém, neste País, é obrigado a cumprir ordem ilegal. Temos que discutir é se aqueles que se recusou a cumprir ordem do grupo de ministros rebeldes, agiu mal ou agiu bem.

Nós, que somos legalistas, nós que já arriscamos dezenas de vezes nossa vida em defesa da ordem, da lei, vamos concordar em que se declare que quem se recusou a cumprir ordem ilegal está errado?

Dessa forma amanhã teremos os Estados os Governadores não podendo mais dar ordens à Polícia. Esta pode recusar-se a cumprir ordens legais e será, depois, anistiada.

No caso vertente, lamento ter que informar, meu objetivo foi duplo: primeiro, que esse princípio de autoridade não leve à indisciplina, sobretudo as forças militares, cuja unidade e fortaleza se resume na disciplina, pois força armada sem disciplina é bando armado; segundo, resguardar esses homens em suas convicções de respeito à lei e à ordem, dar-lhes certeza absoluta de que podem arriscar seu bem-estar, o bem-estar de sua família e até suas vidas, para que a ordem e a Constituição sejam mantidas.

Mas, se o Senado der anistia a quem se recusa cumprir uma ordem legal, iremos estabelecer o princípio de que ordem é de quem tem a força na mão, e lei é a de quem tem maior número de canhões e metralhadoras.

O Sr. Lima Teixeira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. CAIADO DE CASTRO — Pois não.

O Sr. Lima Teixeira — O Decreto Legislativo nº 22, de 1956, concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Sr. Presidente, o nobre Senador Lima Teixeira insiste no Decreto Legislativo nº 22, de 1956. Mas, sabemos que esse decreto se referia a movimentos anteriores vitoriosos e não a movimentos da natureza de civil.

Meu objetivo, repito, foi duplo: primeiro, resguardar a disciplina das forças armadas e auxiliares, resguardar até a disciplina no funcionalismo público civil, pois, de agora em diante, poderia o funcionário ser obrigado a cumprir todas as ordens, por mais absurdas que fossem, porquanto emanadas de um superior, quando há garantia de quem trabalha, militar ou funcionário, para cumprir ordens, mas ordens legais. Ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal. Não devemos estabelecer agora o princípio dessa obrigatoriedade.

O Sr. Lima Teixeira — Não vamos estabelecer. Já está estabelecido. Não estamos inovando. V. Exa. não viu que o Decreto nº 22, de 1956, concede anistia a todos os civis e militares que direta ou indiretamente se envolveram nos movimentos revolucionários?

Diz o Decreto Legislativo de 1956:

"É concedida anistia ampla e irrestrita a todos os civis e militares que direta ou indiretamente se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores", nos movimentos revolucionários ocorridos no País, a partir de 10 de novembro de 1955 até 1º de março de 1956".

Por conseguinte não é uma inovação, já existe precedente.

O SR. CAIADO DE CASTRO — Sr. Presidente, não quero alongar-me. Repito que meu objetivo foi duplo: primeiro o de resguardar os direitos e também os deveres dos militares das forças auxiliares e do funcionalismo. Fui educado numa escola onde ninquem é obrigado a cumprir uma ordem ilegal; jamais a cumpro.

O segundo objetivo, Sr. Presidente, é o de render minhas homenagens entusiásticas aos bravos companheiros do Rio Grande do Sul, que recebendo uma ordem ilegal recusaram-se a cumprir a Constituição.

Se nós, com esta declaração pretendemos anistiar aqueles que não ficaram ao lado da Constituição então, decerto, Sr. Presidente, que não entendo mais nada.

Sel que minha emenda vai cair, mas quero a consciência tranqüila de não apresentar o defendido, sobretudo na firme convicção de que o Congresso vai praticar um ato errado se recusá-la.

Está errado, e Deus permita que não tenhamos, em breve, de nos arrepender. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que aprovam a expressão destacada queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação as emendas e a subemenda.

Os Srs. Senadores que as aprovam, queiram conservar-se sentados. *(Pausa.)*

Aprovadas.

O projeto está preterido.

A matéria vai à Comissão de Redação.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, para declaração de voto.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Para encaminhar a votação) *(Não foi revisto pelo orador)* — Sr. Presidente, neste instante, quando acabamos de votar o Projeto de autoria do nobre Senador Cunha Mello, de anistia ampla, quero render-lhe minhas homenagens, porque, efetivamente, o perdão e o esquecimento só podem trazer, na hora em que instalamos o novo sistema de Governo, como-ensão e concórdia.

Quando verificamos que um homem da envergadura moral e do conceito que goza perante o povo brasileiro, o Marechal Teixeira Lott,...

O Sr. Cunha Mello — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Cunha Mello — Pela primeira vez foi preso um Marechal por trinta dias e numa fortaleza insulubre. O Marechal Teixeira Lott foi vítima da maior violência que até hoje se praticou como pena disciplinar no Exército.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vossa Excelência tem toda razão, momentaneamente porque o Marechal Henrique Teixeira Lott defendia a Constituição e a legalidade no País e também, em vista das circunstâncias estava, com o seu gesto, o desencadeamento de uma guerra civil. Concorreu, portanto, aquele militar, com sua responsabilidade de Marechal do Exército brasileiro, e numa hora de vicissitudes

como a que atravessávamos, para evi-
tar o derramamento de sangue.

O Senado sentiu, nas horas mais difíceis, quanto a sua prudência nos ajudou a encontrar a feliz solução da Emenda Parlamentarista; solução que, digamos com toda a sinceridade, preserva o Presidente João Goulart, divide as suas responsabilidades e certamente conduzirá o Brasil a um período de paz e harmonia.

Tenho dúvidas sobre si, investido o Presidente João Goulart no governo presidencialista, teríamos evitado certas ocorrências que, não dependendo da nossa vontade, poderiam, nessas horas de divergências, ocasionar o imprevisível.

Não votamos, é bom que se diga, sob coação. A Emenda Parlamentarista já sofrera, no Congresso, longos debates. Mas, só mesmo através de uma crise se apresentaria o ensejo, que nos foi oferecido naquela hora, para a adoção de novos rumos que vissem vencer as dificuldades criadas no funcionamento do Presidencialismo.

Quando o Presidente Jânio Quadros absorveu, em toda a sua plenitude, o Presidencialismo, receei, em certos momentos, que acabássemos numa ditadura. Isto me calou de tal jeito no espírito que, ao ser aventada a ideia da reforma parlamentarista, fui dos primeiros que com ela concordaram.

Não sei, Senhor Presidente, com o exemplo do Sr. Jânio Quadros, que rumos adotaremos para o futuro. A muito longe nos poderia levar uma personalidade como a do Presidente Jânio Quadros na direção suprema deste País.

Felicito-me, entretanto, e também ao Presidente João Goulart, pela solução adotada. S. Ex.^a político hábil, consolo das suas responsabilidades, saberá, nesta hora de crise — a crise que ainda não conseguimos vencer totalmente — conduzir as organizações partidárias, e mesmo as Forças Armadas, a um ambiente de concórdia, tranqüilidade e paz. Dessa forma anulará a impressão que se criou a seu respeito.

Quem conhece de perto o Presidente empossado, está certo de que Sua Ex.^a, pelo seu temperamento, pela sua formação, pela sua dedicação ao interesse público e às classes trabalhadoras, governará atendendo não só às justas reivindicações sociais, como a todos os interesses em divergência, de qualquer ordem que sejam, acomodando-os.

Hoje mesmo já dessa habilidade e capacidade, temos prova. Numa emergência tão difícil se o regime fosse presidencialista. S. Ex.^a não teria podido organizar o seu Ministério, em tempo tão exíguo e sem desagradar a qualquer partido político.

Acredito sinceramente que o Senhor João Goulart fará um Governo de paz e conduzirá o Brasil a uma fase de prosperidade. Não tenham dúvidas também as Forças Armadas, da sua preocupação e cautela nos rumos que tomará na política internacional.

Está portanto de parabéns o Congresso Nacional pela maneira como resolveu a crise governamental e por mais esta prova de equilíbrio e sensatez ao votar o Projeto de Anistia, para que haja concórdia no país e os brasileiros possam viver dias felizes.

Sr. Presidente, não seria o fato da saída de um Presidente da República que viria convulsionar o país!! Não, Sr. Presidente! Nós, politicamente já amadurecemos e não seriam fatos semelhantes a esse que provocaríamos no País crises capazes de nos levar a guerra civil. O grande exemplo da nossa maturidade, é a decisão que acabamos de aprovar. Só desejo às Forças Armadas unidade de pontos de vista, pois a preocupação constante de todos os brasileiros, nesta hora grave que atravessamos, é que os novos caminhos nos conduzam a uma tomada de posição. Agora o que dese-

jamos é a paz interna, e a compreensão entre todos os brasileiros. Temos confiança no Presidente da República, Dr. João Belchior Marques Goulart. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Cunha Mello, para declaração de voto.

O SR. CUNHA MELLO (Para declaração de voto — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quero felicitar-me pela iniciativa de trazer a esta Casa o Projeto de Anistia, e quero felicitar-me ainda mais pelo debate que provocou e pelas emendas e o Substitutivo que lhe foram apresentados.

No meu projeto de anistia, Sr. Presidente, dado o próprio conceito desse instituto do Direito Penal destinado mais aos crimes políticos que a outros quaisquer, como medida de clemência, de entendimento das sociedades depois de comoções violentas, cabe tudo ampliar e nada excluir. E estou felicíssimo por ver o projeto ampliado como o foi, o que estava no meu objetivo. Era este o meu propósito. (Muito bem)

O SR. PAULO FENDER:

(Para declaração de voto — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Anistia cuja redação final estamos esperando é uma consequência lógica do processo que no seu bôjo tem todos os acontecimentos que acabam de emocionar o País. Não podia deixar de resultar como conclusão esperada pela família brasileira, dos Parlamentares, dos Congressistas que tanto souberam preservar a paz nas horas graves com que se defrontaram, com que nos defrontamos todos.

Disse na campanha que fiz nesta Casa a respeito do parlamentarismo, que não me atinha a esta forma de organização do Poder Executivo como quem se ativesse a uma doutrina, isto é, a uma filosofia política. Entendia, como ainda entendo, sem maiores especulações cartesianas de métodos de administração pública, que preocupações muito maiores são normativas do pensamento político das diversas agremiações que compomos, nesta Casa.

O Sr. Cunha Mello — Muito bem!

O SR. PAULO FENDER — Assim, Sr. Presidente, eu me punha em contraposição a figuras respeitáveis do Senado da República, como o meu nobre amigo o eminente Senador Cunha Mello, que fez declaração de voto pelo presidencialismo, que justificou as suas convicções nesta forma de governo. E se me enfileirei ao lado da maioria que lutou pelo parlamentarismo, foi por estar menos apercebido dele como medida de salvação democrática do que cioso do trabalho que professo, e de que através de um sistema novo de organização administrativa do País pudéssemos trilhar mais facilmente na estrada das reivindicações trabalhistas por que nos batemos.

Sr. Presidente, em sessenta e tantos anos de parlamentarismo, não conseguimos galgar o poder; e professando o trabalho como socialismo que ele é, nós já estávamos descoroçados por ver que através do parlamentarismo o socialismo atingiu o Poder em vários países do mundo.

Na própria Inglaterra, berço de origem do parlamentarismo universal, o trabalho já atingiu o Poder, por esta forma de organização do Poder Executivo; na Suécia, na Suíça e recentemente no pobre Estado de Israel o socialismo ali vige através do Parlamentarismo.

O Sr. Vivaldo Lima — Na Noruega também.

O SR. PAULO FENDER — Na Noruega também, como bem pondera o nobre Senador Vivaldo Lima.

Portanto, Sr. Presidente, falando menos por me deter numa temática, que podia ocupar-me por mais tempo, do que para aproveitar a lacuna do expediente, enquanto chega a esta Casa a redação final do Projeto...

O Sr. Vivaldo Lima — V. Exa. está fazendo declaração de voto.

O SR. PAULO FENDER — ... concluo minhas considerações declarando, como bem pondera e m'o exige o nobre Senador Vivaldo Lima, que meu voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto com a emenda que apresentei em prol do operariado brasileiro, porventura participante do movimento.

Sou pela aprovação, na certeza de que o Projeto é uma conclusão lógica, uma resultante ansiosamente esperada, do nosso patriotismo e dos nossos propósitos de concórdia perante a família brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. GUIDO MONDIM:

(Para encaminhar a votação — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, já se encontra sobre a mesa a redação final do projeto de anistia que apreciamos e votamos desde a manhã de hoje até estas horas.

Por isto mesmo serei breve. Congratulo-me com a Casa e, em particular, com o nobre Senador Cunha Mello, por esta iniciativa tão condizente com os sentimentos da gente brasileira.

Vivemos dias de angústia, enfrentamos e dominamos uma crise de tão grandes proporções e de permoio os fatos que se sucediam; apreciamos os gestos formidáveis de grandeza, coragem e decisão tão características da nossa gente. Ouvimos a palavra do Rio Grande do Sul; vimos o que foi o movimento que, daquele Estado, se irradiou por todo o País. Apreciamos, com grande orgulho, a atuação do Congresso brasileiro no sentido de debelar a crise, de corrigir a situação a que chegamos, impondo a Constituição e, particularmente, impondo a nossa inteligência, a nossa capacidade de deliberar em face dos acontecimentos.

Agora, concede-se anistia a todos os envolvidos nos acontecimentos sérios, passíveis de penalidade. Antes, porém, dessa anistia que se dá pela Lei, nós já havíamos dado a anistia dos nossos corações.

O Sr. Cunha Mello — Muito bem!

O SR. GUIDO MONDIM — Essa anistia é permanente e nós sabemos que a rebeldia tem como fundamento a imposição mesmo do nosso patriotismo, como ocorreu com os envolvidos a que estamos anistiando.

O Sr. Vivaldo Lima — Muitas vezes os revoltosos estão a serviço de um ideal.

O SR. GUIDO MONDIM — Em tudo houve ideal. Realmente a crise que enfrentamos e debelamos serviu para mostrar, mais uma vez, o idealismo do povo brasileiro, no sentido de levar avante a nossa própria História.

Por isso, Sr. Presidente, quero congratular-me com esta Casa pela decisão hoje tomada, e quero felicitar o nobre Senador Cunha Mello e os ilustres membros da Comissão de Constituição e Justiça pelo Substitutivo apresentado. A todos eles e nosso abraço fraterno e a nossa satisfação em verificar que agora, solucionado tudo quanto nos preocupava, enveredaremos por um caminho de paz e de felicidade, rumo sempre à nossa grandeza futura. (Muito bem! Muito bem, Palmas!)

O SR. PRESIDENTE:

As declarações de voto constarão da ata. (Pausa).

Chegou à Mesa e vai ser lida a redação final da matéria votada em regime de urgência.

E' lido o seguinte.

Parecer nº 533, de 1961

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1961, originário do Senado Federal.

Relator: Menezes Pimentel.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1961, originário do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 9 de setembro de 1961. — Lourival Fontes, Presidente — Menezes Pimentel, Relator — Gaspar Velloso — Daniel Krieger.

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1961

Concede anistia aos que praticaram fatos definidos como crimes que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica concedida anistia ampla e irrestrita aos que participaram, direta ou indiretamente de fatos ocorridos no território nacional, durante o período de 25 de agosto de 1961 até a presente data, e que constituam crimes definidos nos arts. 6º, 7º e 8º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, observando o disposto nos arts. 13 e 74 da mesma lei, e mais os que constituam crimes definidos aos arts. 3º, 6º, 7º, 11, 13, 14, 17 e 18 da Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1952.

Art. 2º A presente anistia abrangge ainda todos os civis e militares que direta ou indiretamente estiveram envolvidos, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos fatos subversivos ocorridos no país a partir de 1º de março de 1956 até esta data.

Art. 3º Ficam, também, anistiadados nos mesmos termos, os trabalhadores que participaram de qualquer movimento de natureza grevista relacionado com os acontecimentos a que se refere o artigo anterior.

Art. 4º Por efeito desta anistia ficam em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais ou disciplinares relativos aos fatos acima mencionados.

Art. 5º Este decreto legislativo, entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PAULO FENDER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, creio que há um equívoco neste ponto da Redação Final. Onde se diz "artigo anterior" dever-se-ia dizer "Artigo 1º".

O SR. PRESIDENTE:

V. Exa. tem razão. Foi mero equívoco. Será feita a correção devida.

O SR. PAULO FENDER — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a Redação Final.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, vou encaminhar à Mesa uma emenda de redação, substituindo a expressão "artigo anterior" pela expressão "art. 1º", de acordo com observação feita pelo nobre Senador Paulo Fender.

O SR. PAULO FENDER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, estou de pleno acordo com a remissão a que alude o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lida a emenda de redação.

E lida a seguinte:

EMENDA

Nº 1

Ao art. 3º —

Onde se lê: "artigo anterior",

Leia-se:

"O art. 1º".

Sala das Sessões, em 9-9-61. —

Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a redação final em a emenda.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Aprovada.

Em votação a redação final assim emendada.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a de segunda-feira próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Sessão de 11 de Setembro de 1961

(Segunda-feira)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 89, DE 1960

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1960 (n.º 2.897, de 1957, na Casa de origem), que assegura aos agentes da inspeção do trabalho, participação nas multas decorrentes de infrações de dispositivos da legislação trabalhista, tendo:

Pareceres sob ns. 443, 444 e 528, das Comissões

— de Legislação Social, favorável;

— de Finanças, favorável, sugerindo apenas que se substituam as expressões

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelos

Ministério do Trabalho e Previdência Social;

— de Serviço Público Civil, favorável.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 14 horas e 10 minutos.

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 50, DE 1961

O Primeiro Secretário, de acordo com a deliberação da Comissão Diretora, designa Ivan Ponte e Souza Palmeira, Oficial de Ata, PL-3, para exercer a função de Diretor da Ata, durante o impedimento do titular efetivo, nos termos do art. 139, item 1, letra d, da Resolução nº 6, de 1960.

Secretaria do Senado Federal, em 9 de setembro de 1961. — *Cunha Mello*, 1º Secretário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA Nº 159, DE 1961

O Diretor-Geral, de ordem do 1º Secretário, designa Comissão composta dos Ajudantes de Almoxarife, PI-7, Roberto Diacopulos e Jairo Brasileiro da Costa, para fazer, dentro de 30 dias o tombamento dos móveis do

G.T.B., existentes nas residências dos Srs. Senadores, ficando isentos do ponto, durante o referido período.

Secretaria do Senado Federal, em 9 de setembro de 1961. — *Evandro Mendes Vianna*, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE PROMOÇÕES

A Comissão de Promoções, tomando conhecimento da existência de vaga na classe PL-3, da carreira de Auxiliar de Portaria, decorrente da transferência de Ary Feliciano de Araujo para outro cargo, apresenta a seguir a lista triplíce, organizada de acordo com o que dispõe o Regulamento da Secretaria:

Iraçu Francisco Luiz da Rocha.

Jorge Pinto Alvarenga.

Renato Medeiros.

A presente lista é organizada em ordem alfabética, conforme instruções adotadas pela Comissão.

Secretaria do Senado, em 8 de setembro de 1961. — *Evandro Mendes Vianna*, Presidente da Comissão de Promoções.